



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CONTRATO Nº 32/2023

CONTRATO N. 32/2023/TRE-RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N. 0001795-76.2023.6.22.8000

PREGÃO ELETRÔNICO N. 18/2023/TRE-RO – Serviços sem demo

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA F F AZZI PARANHOS COMERCIAL EIRELI, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO E LOCAÇÃO DE MOBILIÁRIO, PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS DO TRE-RO.

CONTRATANTE: A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG *****.893-SSP/RO** e do CPF *****.106.849-****, nomeada pela Portaria n. 01, de 03 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 8 de janeiro de 2018, portadora da matrícula funcional n. 260468.

CONTRATADA: Empresa **F F AZZI PARANHOS COMERCIAL EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n. **02.134.947/0001-10**, com sede na Avenida Getúlio Vargas, n. 3730, Bairro Liberdade, CEP: 76.803-894, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, Telefone(s): (69) 3221-7218 e 99284-1950, E-mail(s): victoriaeventos2016@gmail.com, neste ato representada pela senhora **FABIOLA FRANÇA AZZI PARANHOS**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG n. *****.633/SSP-RO** e CPF n. *****.233.652-****.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 14.133/2021 (Licitações e Contratos administrativos), Decreto Federal 11.246/2022, Instrução Normativa TRE-RO 4/2023, Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, Instrução Normativa a SEGES/ME nº 77/2022, Resolução TSE 23.702/2022, Edital de Pregão Eletrônico respectivo, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei 10.406/2002 (Código Civil) e 13.709/2018 (Proteção de Dados Pessoais), assim como decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 90 da Lei 14.133/2021, e Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos.

Ato de Autorização da Licitação: DESPACHO Nº 1342/2023 - PRES/DG/GABDG, de 09/11/2023 (evento [1082559](#)).

Ato de Homologação do Pregão Eletrônico: DESPACHO Nº 1495/2023 - PRES/DG/GABDG, de 11/12/2023 (evento [1096707](#)).

DO OBJETO

(Art. 92, I e II, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de bens de uso comum, para fornecimento, sob demanda, a eventos institucionais, consistentes em solenidades, seminários, palestras, conferências, e outros eventos correlatos, de acordo com as especificações, exigências e prazos constantes no Edital de Pregão Eletrônico e seus Anexos - Termo de Referência, e na proposta da Contratada, dos seguintes serviços:

- alimentação, consistente em lanche simples, *coffee break*, coquetel, lanche *light*, *petit four* e itens de alimentação; e
- Locação de mobiliário.

1. O detalhamento dos serviços objeto desta contratação:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.1. As especificações e quantidades dos serviços e fornecimentos estão descritos nos quadros abaixo:

LOTE ÚNICO (CONFORME RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 18/2023) - SERVIÇO DE LANCHE SIMPLES, LANCHE LIGHT, COFFEE BREAK, COQUETEL e ITENS DE ALIMENTAÇÃO AVULSOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Lanche simples	600 serviços
2	Coffee Break	100 serviços
3	Coquetel	350 serviços
4	Lanche light - sem glúten e sem lactose	30 Kg
5	Garçons e garçonetes	18 diárias
6	Cento de salgados diversos	100 centos
7	Bolos (sabores diversos)	30 Kg
8	Mingau de milho (tipo mugunzá ou canjica)	30 Kg
9	Mingau de banana da terra e tapioca	30 Kg
10	Sucos naturais (sabores diversos a serem especificados pelo Cerimonial do TRE-RO)	200 litros
11	Refrigerantes (sabores diversos)	80 unidades (garrafa pet de 2 litros)
12	Açaí cremoso (com acompanhamentos: granola, leite condensado e frutas picadas)	30 kg
13	Docinhos (Brigadeiro de cupuaçu com suspiro, churros, brulée, limão siciliano, de banana com chips de banana, leite	5 centos

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	ninho)	
14	Mini sanduíches naturais (mini pão francês ou de forma – presunto, queijo alface, tomate, pickles, creme de cenoura com ricota)	200 unidades
15	Quiches de recheios diversos (sabor com creme de sabores diversos, kaní com manga, canapés com azeitona preta, canapés com morango, canapés caprésio, carolinas, tarteletes, barquete de bacalhau, alho)	300 unidades
16	Salada de frutas	5 kg
17	Mini cachorro quente	200 unidades
18	Empadão de camarão	2 Kg
19	Salada mix de folhas com tomate cereja, atum, abacaxi, champignon, lascas de parmesão	2 kg
20	Mesa retangular de madeira aglomerada , com revestimento em mdf laminado (cor amadeirado), medindo 1,40m x 2,20m (largura x comprimento)	3 unidades
21	Mesa quadrada de madeira aglomerada, com revestimento em mdf laminado (cor amadeirado), medindo 2,0m x 2,0m (largura x comprimento)	3 unidades
22	Mesa redonda com diâmetro de 1,6m, em revestimento de madeira aglomerada ou mdf laminado	3 unidades
23	Cadeiras tipo tiffany	200 unidades
24	Tapete decorativo medindo 3m x 4m, tipo veludo ou carpete nas cores marfim, cinza ou bege, com base antiderrapante	2 unidades
25	Tapete decorativo medindo 3m x 2,5m, tipo veludo ou carpete nas cores marfim, cinza ou bege, com base antiderrapante	2 unidades



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira – Os itens 4, 6 a 18 dispensam a exigência de pessoal de apoio, bastando a entrega no local informado pelo Cerimonial do TRE-RO.

Subcláusula Segunda – As quantidades acima informadas são estimadas, não obrigando o CONTRATANTE a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência do Contrato.

Subcláusula Terceira – Os móveis colocados à disposição do CONTRATANTE deverão estar em bom estado de conservação e manutenção (sem arranhões visíveis, estofamento manchado, furado ou rasgado, marcas de ferrugem ou revestimentos desgastados ou qualquer outro defeito que apresente aparência desagradável ou coloque em risco a segurança dos usuários).

Subcláusula Quarta – Os materiais e os serviços serão entregues e prestados na sede do TRE-RO na Avenida Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa da União, em Porto Velho/RO, ou em outro local previamente informado à CONTRATADA, localizado dentro do perímetro urbano do município de Porto Velho/RO.

Subcláusula Quinta – Por meio deste instrumento contratual, a CONTRATADA ratifica que possui e que manterá uma estrutura física própria de cozinha compatível com o cumprimento do objeto deste instrumento e que atende e que atenderá todos os quesitos listados no Anexo III do Termo de Referência respectivo.

Subcláusula Sexta – A Contratada deverá observar, entre outros, os critérios de sustentabilidade ambiental indicados no Item 4.1 do Termo de Referência correspondente.

Subcláusula Sétima – A Contratada deverá atender todas as condições indicadas neste instrumento, no Termo de Referência respectivo e em seus anexos, incluindo as condições de habilitações, assim como declara que foram atendidas as regras pré-contratuais desta contratação.

Subcláusula Oitava - Vinculam-se a este Contrato, independente de transcrição:

1. O Termo de Referência e seus anexos;
2. O Edital do Pregão Eletrônico e seus anexos; e
3. A proposta da Contratada.

DO REGIME DE EXECUÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Art. 92, IV, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução do objeto desta contratação será de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, realizada via modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço global.

DA SUBCONTRATAÇÃO

(Art. 122, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA TERCEIRA – Não será admitida a subcontratação do objeto desta contratação.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

(Art. 105 e sgs, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA QUARTA – Este Contrato terá vigência por **2 (dois) anos**, a contar da última assinatura das partes contratantes via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, prorrogável por até 5 (cinco) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Subcláusula Primeira – A prorrogação de que trata esta Cláusula é condicionada ao teste pelo CONTRATANTE das seguintes condições:

I - atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - atestar que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

Subcláusula Segunda – A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

Subcláusula Terceira – O CONTRATANTE poderá extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Subcláusula Quarta – A extinção mencionada ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

Subcláusula Quinta – A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

(art. 92, IV, VII e XVIII, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA QUINTA – O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este instrumento.

Subcláusula Primeira – A prestação dos serviços objeto da contratação observará os seguintes parâmetros, a saber:

1. A quantidade de serviços de *cooffee break*, coquetel e lanches foram dimensionadas de acordo com o número estimativo de participantes dos eventos institucionais por ano. Ressalta-se que as quantidades acima descritas são estimadas e não vinculam a Administração a sua contratação total;
2. Por serviço entenda-se o conjunto de itens de alimentação (doces, salgados, canapés, mini porções, sucos, refrigerantes etc.) que compõem os itens de lanches, *coffee break* e coquetel, com respectivo material e pessoal de apoio, observadas as quantidades mínimas, *per capita*, definidas no cardápio (vide Anexo II, coluna: Quantidade MÍNIMA a ser fornecida para cada participante - item 12.2 deste TR). Assim, se houver um evento para 100 participantes, teremos 100 serviços de lanches, *coffee break*, ou de coquetel, de acordo com o tipo de evento;
3. Os alimentos relacionados no item 4 lanche *light* e itens 6 a 19 poderão ser adquiridos individualmente, quando identificada a necessidade destes para atender situação específica;
4. Quanto ao serviço de garçons, item 05, foram estimados 18 serviços que poderão ou não ser utilizados ao longo do contrato. O serviço deverá ser executado por profissional capacitado e com experiência na atividade de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

garçom (garçonete), devidamente uniformizado (a) e qualificado (a) para realizar todo o correspondente à função respectiva, com experiência em evento e no trato com autoridades;

5. No que diz respeito aos itens 20 a 25 (locação de mobiliário) poderão ou não ser utilizados os itens especificados. Esclarecemos que, em geral, as solenidades de posse e outorga de medalhas do mérito eleitoral suscitarão estes serviços (em média três ao ano);

6. Para os eventos do tipo lanches, *coffee break* e coquetel exigir-se-á material de apoio consistente em: louças de vidro, porcelana, talheres, taças e copos de vidro, tudo em perfeito estado de conservação;

7. Para o evento do tipo lanches, *coffee break* e coquetel exigir-se-á que as bandejas e demais utensílios para disposição dos alimentos apresentem-se em tamanhos, formatos e características variados (porcelana, vidro, ratan, metais, madeira dentre outros);

8. Para os itens de alimentação, tipo lanches simples, onde for autorizado o uso de material descartável, somente será permitido o uso de tipo biodegradável previamente aprovado pela contratante, observando-se as restrições e práticas de sustentabilidade regulamentados neste Tribunal e monitorados pela Assessoria de Sustentabilidade e Acessibilidade - ASSESUA;

9. Os alimentos devem ser preparados no dia da entrega, apresentar boa qualidade, aparência, cor, textura e sabor característicos. Os produtos deverão ser entregues aos fiscais do contrato em embalagens apropriadas à especificidade de cada item, a fim de que não se danifiquem durante o transporte até as dependências do Tribunal ou outro local designado pela CONTRATANTE;

Subcláusula Segunda – Os requisitos para execução dos serviços:

1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no item 1.2 a 1.4.9 do TR;

2. A Contratada deverá estar com toda a estrutura montada e itens disponibilizados com antecedência mínima de 02 (duas) horas do horário agendado para a prestação do serviço;

3. Os dias e horários em que deverão ser executados os serviços serão comunicados pelo Cerimonial à Contratada por e-mail, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data do evento;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. Todos os cardápios do evento, elaborados pela Contratada, montados de acordo com as opções e medidas constantes de cada tipo de serviço, deverão ser encaminhados ao Cerimonial com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento;
5. A Comissão de Cerimonial deverá aprovar o cardápio com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento, com prazo hábil para confecção dos alimentos;
6. As opções de toalhas de mesa deverão ser submetidas à Comissão de Cerimonial, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do evento, que decidirá, dentre as opções ofertadas, a que melhor se adequa;
7. A Contratada será responsável pela montagem, arrumação das mesas, disposição e reposição dos itens do serviço, bem como, após sua finalização, pela desmontagem e retirada dos materiais, utilizando-se de mão de obra própria. Quando do manuseio de embalagens e alimentos a contratada deverá observar as normas internas do Tribunal acerca da coleta seletiva de resíduos comuns;
8. A Contratada não estará obrigada a fornecer serviço para evento com público inferior a 20 (vinte) participantes;
9. A Contratada deverá fornecer o material de apoio devidamente discriminado no Termo de Referência, necessário à realização do serviço;
10. A Contratada deverá disponibilizar o número de garçons (garçonetes) solicitados pelo Contratante para o evento indicado, devendo estes se apresentarem no local do evento com uma hora de antecedência;
11. Os itens 20 a 25, quando necessários, serão informados à Contratada, que deverá fornecê-los nas quantidades e modelos solicitados e realizar a entrega no local do evento;
12. Os produtos solicitados serão acondicionados em embalagens e/ou recipientes limpos e apropriados (alumínio, cartonado, isopor ou caixas de polietileno). Referidos recipientes quando descartados devem observar as normas internas do Contratante acerca da coleta seletiva;
13. As caixas para o transporte dos produtos deverão ser térmicas nos casos em que os gêneros requisitados necessitem de ambiente apropriado para conservação;
14. Os entregadores e pessoal de apoio da Contratada deverão estar vestidos adequadamente, com roupas limpas, sapatos ou tênis fechados e devidamente identificados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira – As condições para o recebimento dos serviços contratados:

1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 2 (dois) dias úteis da realização do evento pelo gestor da contratação, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#));
2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, após verificados o regular e integral cumprimento das obrigações contratuais pelo fornecedor, recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, e a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;
3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
4. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;
5. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#));
6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta, e neste instrumento, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
7. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#));

8. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

9. Comunicar a Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança;

12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Subcláusula Quarta – Não serão necessários procedimentos de transição e finalização deste contrato devido às características do objeto contratado.

Subcláusula Quinta – No Mapa de Gestão de Riscos para a presente contratação, a fase de planejamento buscou levantar, para cada risco identificado, a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos (evento [1078183](#)).

DO PREÇO, DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

(Art. 92, V e VI, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO: O valor total da contratação é de **R\$ 247.990,00** (duzentos e quarenta e sete mil novecentos e noventa reais), para o período de vigência desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA (evento [1094581](#)), e resumo a seguir:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LOTE ÚNICO (CONFORME DESCRIÇÃO DO RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 18/2023) - SERVIÇO DE LANCHE SIMPLES, LANCHE LIGHT, COFFEE BREAK, COQUETEL e ITENS DE ALIMENTAÇÃO AVULSOS				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Lanche simples	600 serviços	64,00	38.400,00
2	Coffee Break	100 serviços	134,00	13.400,00
3	Coquetel	350 serviços	185,00	64.750,00
4	Lanche light - sem glúten e sem lactose	30 Kg	173,00	5.190,00
5	Garçons e garçonetes	18 diárias	233,50	4.203,00
6	Cento de salgados diversos	100 centos	107,50	10.750,00
7	Bolos (sabores diversos)	30 Kg	65,75	1.972,50
8	Mingau de milho (tipo mugunzá ou canjica)	30 Kg	42,00	1.260,00
9	Mingau de banana da terra e tapioca	30 Kg	42,00	1.260,00
10	Sucos naturais (sabores diversos a serem especificados pelo Cerimonial do TRE-RO)	200 litros	25,00	5.000,00
11	Refrigerantes (sabores diversos)	80 unidades (garrafa pet de 2 litros)	19,50	1.560,00
12	Açaí cremoso (com acompanhamentos: granola, leite condensado e frutas picadas)	30 kg	99,75	2.992,50
13	Docinhos (Brigadeiro de cupuaçu com suspiro, churros, brulêe, limão siciliano, de banana com chips de banana, leite ninho)	5 centos	231,00	1.155,00
14	Mini sanduíches naturais (mini pão francês ou de forma – presunto, queijo alface, tomate, picles, creme de cenoura com ricota)	200 unidades	10,00	2.000,00
15	Quiches de recheios diversos (sabor com creme de sabores diversos, kaní com manga, canapés com azeitona preta, canapés com morango, canapés caprésio, carolinas, tarteletes,	300 unidades	236,25	70.875,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	barquete de bacalhau, alho)			
16	Salada de frutas	5 kg	72,00	360,00
17	Mini cachorro quente	200 unidades	6,00	1.200,00
18	Empadão de camarão	2 Kg	103,00	206,00
19	Salada mix de folhas com tomate cereja, atum, abacaxi, champignon, lascas de parmesão	2 kg	80,50	161,00
20	Mesa retangular de madeira aglomerada, com revestimento em mdf laminado (cor amadeirado), medindo 1,40m x 2,20m (largura x comprimento)	3 unidades	1.736,00	5.208,00
21	Mesa quadrada de madeira aglomerada, com revestimento em mdf laminado (cor amadeirado), medindo 2,0m x 2,0m (largura x comprimento)	3 unidades	1.736,00	5.208,00
22	Mesa redonda com diâmetro de 1,6m, em revestimento de madeira aglomerada ou mdf laminado	3 unidades	1.390,00	4.170,00
23	Cadeiras tipo tiffany	200 unidades	20,00	4.000,00
24	Tapete decorativo medindo 3m x 4m, tipo veludo ou carpete nas cores marfim, cinza ou bege, com base antiderrapante	2 unidades	691,25	1.382,50
25	Tapete decorativo medindo 3m x 2,5m, tipo veludo ou carpete nas cores marfim, cinza ou bege, com base antiderrapante	2 unidades	663,25	1.326,50
			Valor total estimado desta Contratação R\$	247.990,00

Subcláusula Primeira – No valor definido nesta cláusula estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser realizada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

Subcláusula Segunda – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO: O Termo Detalhado de Aferição da execução contratual será atestado pelo (a) titular da Comissão de Cerimonial do Tribunal, ou por seu substituto, após o recebimento dos serviços, em consonância com o tipo de alimentação solicitada e descrita no TR e neste Contrato.

I - Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados; e
- b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

II - O Termo Detalhado de Aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- a) O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- b) A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- c) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

III - O Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Subcláusula Quarta – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - Quando houver glosa parcial do valor a ser pago, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

II – Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

III - O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

IV - Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

V - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

VI - A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da contratada, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n. 14.133/2021, de forma a obter certidão de regularidade da contratada quanto: aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça, observando que:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas ao pagamento, a contratada deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado; e

b) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a nota fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

VII - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como eventuais ocorrências impeditivas indiretas.

VIII - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

IX - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

X - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa, sendo passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento. Havendo pagamentos pendentes esses serão realizados com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à contratada. (Acórdão n. 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

XI - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF ou comprove a regularidade exigida.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XII - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

XIII - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Subcláusula Quinta – FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX (ordem bancária por PIX), por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, após o recebimento definitivo dos bens ou dos serviços atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços.

I - Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, e-mail, número de celular ou chave aleatória.

II - Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a CONTRATADA informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.

III - O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

IV - Nenhum pagamento será realizado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à contratada em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

V - Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{EM}{Na} = \frac{I}{100} \times \frac{N}{360} \times \frac{VP}{100}$$

qual:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

VI - A compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

VII - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária ou OBPIX para pagamento.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(Art. 92, VIII, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA SÉTIMA - As despesas com a execução da presente contratação correrão inicialmente à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Fonte de Recurso: 1000000000 e Natureza da Despesa: 339030, 339039, conforme Notas de Empenho n. 2023NE000593 a 2023NE000595, datadas de 14/12/2023, a ser reforçada, caso necessário.

Subcláusula única – Quando for o caso, para os demais exercícios as despesas com a execução correrão à conta dos recursos constantes das propostas orçamentárias do TRE-RO, após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

FONTE ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno
Orçamento ordinário	Organização, ornamentação e buffet para eventos em geral	

DO REAJUSTE

(art. 25, §§ 7º e 8º; art. 92, V, §§ 3º e 4º, e art. 135 da Lei n.14.133/21)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA OITAVA - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da apresentação da proposta comercial.

Subcláusula Primeira – Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo (IPCA - IBGE: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade originária, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Subcláusula Segunda – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, em casos de outras excepcionais prorrogações contratuais, o interregno mínimo de um ano será contado da data de início dos efeitos financeiros do início último reajuste ocorrido.

Subcláusula Terceira – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s). Na ocorrência dessa hipótese, fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente.

Subcláusula Quarta – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Subcláusula Quinta – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Subcláusula Sexta – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Subcláusula Sétima – O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

(art. 92, XII, e art. 96 e segs. da Lei 14.133/2021)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA NONA – Não haverá exigência de garantia contratual da execução deste objeto.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

(Art. 117 da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA DÉCIMA – No TRE-RO, a gestão deste contrato será exercida pelo (a) titular da Comissão de Cerimonial, e a fiscalização deste contrato será de responsabilidade dos servidores indicado conforme consta no evento 1076280 (Indicação e ciência equipe gestão e fiscalização), ou por seus substitutos respectivos, em suas ausências legais.

Subcláusula Primeira – O fiscal técnico do contrato, quando houver, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

Subcláusula Segunda – O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Subcláusula Terceira – O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

Subcláusula Quarta – O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n. 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto n. 11.246, de 2022, art. 21, X).

Subcláusula Quinta – Cabe à gestão e fiscalização do contrato o recebimento do objeto, o pagamento, o gerenciamento dos acessos e todos os demais atos necessários ao adequado cumprimento dos termos pactuados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Sexta – A comunicação entre a gestão/fiscalização e a Contratada dar-se-á por meios oficiais, documentado nos autos, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Subcláusula Sétima – Competem aos titulares e substitutos mencionados nesta Cláusula observar as normas impostas pela Instrução Normativa 04/2008/TRE-RO e suas alterações.

Subcláusula Oitava - A atuação ou a eventual omissão da gestão e da fiscalização durante a execução da contratação não poderão ser invocadas para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

Subcláusula Nona - A Contratada deverá manter preposto aceito pelo CONTRATANTE no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

Subcláusula Décima - A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a Contratada designar outro para o exercício da atividade.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Art. 92, X, XI e XIV, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – São obrigações do CONTRATANTE:

1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento contratual, no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da observância da legislação pertinente;
2. Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto;
3. Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na execução dos serviços;
4. Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da contratada, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editalícias;
5. Reunir-se com a Contratada, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à execução dos serviços;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6. Assegurar, quando exigível, o acesso dos empregados da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
7. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta;
8. Notificar a Contratada para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos aspectos em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;
9. Rejeitar, através do fiscal contrato, a execução dos serviços em desacordo com as obrigações estabelecidas no contrato e fixar prazo para a correta execução do objeto;
10. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública;
11. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste contrato;
12. Comunicar a empresa para emissão de Fatura no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
13. Aplicar à CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial da contratação e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização do Contratante, quando necessário;
14. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução da presente contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando que, concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período (art. 123, Lei n. 14.133/2021);
15. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento do objeto da contratação;

17. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução da contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados; e

18. Cumprir as demais obrigações necessárias à execução do objeto deste instrumento contratual.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Art. 92, X, XI e XIV, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – São obrigações da Contratada:

1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento contratual, no Termo de Referência, no Edital e na proposta, sem prejuízo da observância da legislação pertinente;

2. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total ou estimado do contrato, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021;

3. Indicar, quando exigível, um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da Contratada para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo Contratante;

4. Responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução do contrato;

5. Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

6. Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução do objeto do contrato e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

7. Arcar com a todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução do objeto do contrato, tais como: impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- 8.** Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 9.** A Contratada deverá estar com toda a estrutura montada e itens disponibilizados com antecedência mínima de 02 (duas) horas do horário agendado para a prestação do serviço;
- 10.** Os dias e os horários em que deverão ser executados os serviços serão comunicados pelo Cerimonial, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data do evento;
- 11.** Todos os cardápios do evento, elaborados pela contratada, montados de acordo com as opções e medidas constantes de cada tipo de serviço, deverão ser encaminhados ao Cerimonial com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento;
- 12.** O Cerimonial deverá aprovar o cardápio com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento, com prazo hábil para confecção dos produtos;
- 13.** As opções de toalhas de mesa deverão ser submetidas ao Cerimonial, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do evento, que decidirá, dentre as opções ofertadas, a que melhor se adequar;
- 14.** Quando necessário, a Contratada será responsável pela montagem, arrumação das mesas, disposição e reposição dos itens do serviço, bem como, após sua finalização, pela desmontagem e retirada dos materiais, utilizando-se de mão de obra própria;
- 15.** A Contratada não estará obrigada a fornecer serviço para evento com público inferior a 20 (vinte) participantes;
- 16.** A Contratada deverá disponibilizar o número de garçons solicitados pela contratante para o evento indicado, devendo estes se apresentarem no local do evento com 1 (uma) hora de antecedência;
- 17.** Os itens descritos no Lote 2, quando necessários, serão informados à Contratada, que deverá fornecê-los nas quantidades e modelos solicitados e realizar a entrega no local do evento;
- 18.** Os produtos solicitados serão acondicionados em embalagens e/ou recipientes limpos e apropriados (alumínio, cartonado, isopor ou caixas de polietileno);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- 19.** As caixas para o transporte dos produtos deverão ser térmicas nos casos em que os gêneros requisitados necessitem de ambiente apropriado para conservação;
- 20.** Os entregadores e pessoal de apoio da Contratada deverão estar vestidos adequadamente, com roupas limpas, sapatos ou tênis fechados e devidamente identificados;
- 21.** Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação;
- 22.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 23.** Comprovar, sempre que solicitado pela Administração, a reserva de cargos a que se refere o item anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n. 14.133/2021);
- 24.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, empregados ou admitir em seu quadro societário pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, comunicando imediatamente o TRE-RO sobre a possibilidade de tais ocorrências, nos termos do artigo 7º do Decreto n. 7.203, de 2010 e art. 2º, V, da Resolução CNJ n. 7/2005;
- 25.** Observar e cumprir a Resolução nº 31, de 25 de agosto de 2023, deste Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que regulamenta a Política e os Mecanismos de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação. Para tanto, compromete-se a instruir seus funcionários a respeito do normativo, inclusive no que tange às práticas de prevenção de assédio e dos procedimentos de denúncias, havendo ocorrências.
- 26.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal/distrital, as normas de segurança do CONTRATANTE, quando cabível;
- 27.** Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO, assim como as disposições legais aplicáveis à execução do objeto do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(Lei 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - As partes deverão cumprir a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou da contratação administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

II - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;

III - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

IV - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos as contratações de **suboperação** firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada;

V - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

VI - É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

VII - A Contratada deverá exigir dos eventuais suboperadores/subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância; (quando for o caso de subcontratação);

VIII - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados; (se exigível);

IX - A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

X - Bancos de dados formados a partir de contratações administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, sendo que:

a) os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

XI - A contratação está sujeita a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD; e

XII - As contratações e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(art. 92, XIV, Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Na ocorrência das infrações administrativas descritas adiante, poderão ser aplicadas as sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021, na forma seguinte:

1. Advertência: pelo cometimento da infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

2. Multa não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 da lei 14.133/2021](#):

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

3. Será aplicada a Multa por qualquer das infrações administrativas:

a) Moratória de 2 % (dois por cento) por atraso injustificado sobre o valor da obrigação inadimplida, considerado o atraso injustificado do prazo de 72h de antecedência para encaminhar o cardápio do evento; e

b) Moratória de 2% (dois por cento) por atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5% (cinco por cento), pelo atraso injustificado da obrigação de montar toda a estrutura e disponibilizar todos os itens de alimentação e apoio com antecedência mínima de 02 (duas) horas do evento;

c) Moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado no cumprimento das demais obrigações inadimplidas;

d) O atraso superior autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

e) Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

4. Impedimento de licitar e contratar: quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. Declaração de inidoneidade: será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 4 desta seção e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Subcláusula Primeira – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei n. 14.133/2021).

Subcláusula Segunda – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n. 14.133/2021).

Subcláusula Terceira – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

Subcláusula Quarta – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n. 14.133/2021).

Subcláusula Quinta – O Contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pelo contratado, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).

Subcláusula Sexta - Em caso de multa ou condenação eventualmente aplicadas ao Contratado, o valor deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, sendo que o valor será corrigido pela taxa referencial



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

Subcláusula Sétima - De igual modo, caso o Contratado não tenha nenhum valor a receber do TRE-RO Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pelo Contratado através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Oitava - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Nona - Se a Contratada não recolher o valor da multa ou da condenação eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

Subcláusula Décima - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Primeira - As multas e demais penalidades previstas nesta seção não eximem o adjudicatário ou contratado da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

Subcláusula Décima Segunda - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, aplicando-se, no que couber, as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, normativo que poderá ser atualizado no decorrer da execução do contrato para inserção das disposições da Lei n. 14.133/2021 e observado ainda o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133, de 2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Terceira - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n. 14.133/2021):

- I** - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II** - As peculiaridades do caso concreto;
- III** - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV** - Os danos que dela provierem para o Contratante;
- V** - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Subcláusula Décima Quarta - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

Subcláusula Décima Quinta - O procedimento para aplicação de sanções pela CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e, no que couber, as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, normativo que poderá ser atualizado no decorrer da execução do contrato para inserção das disposições da Lei n. 14.133/2021.

Subcláusula Décima Sexta - A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei n. 14.133/2021).

Subcláusula Décima Sétima - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei n. 14.133/2021).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Oitava - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n. 14.133/21.

DA EXTINÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

(art. 92, XIX, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

Subcláusula Primeira - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

Subcláusula Segunda - Quando a não conclusão do contrato referida na subcláusula anterior decorrer de culpa do contratado:

I - Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

II - Poderá o Contratante optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

Subcláusula Terceira – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n. 14.133/2021, sendo que, nestas hipóteses, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Subcláusula Quarta – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pelo contratado, na vigência da contratação, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

DAS ALTERAÇÕES

(Arts. 124 a 136 da Lei 14.133/2021)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n. 14.133, de 2021, observando o que segue:

Subcláusula Primeira - Esta contratação poderá ser alterada unilateralmente pela administração Contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

Subcláusula Segunda - A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

Subcláusula Terceira - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contratação.

Subcláusula Quarta - Constitui ônus da contratada a apresentação de documentação comprobatória dos fatos alegados ensejadores do eventual reequilíbrio econômico-financeiro pleiteado, e esse pedido deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

Subcláusula Quinta - Registros que não caracterizam alteração da contratação podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n. 14.133/2021.

DOS CASOS OMISSOS

(art. 92, III, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei n. 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

DA DIVULGAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

(Art. 94, da Lei 14.133/2021)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - O Contratante providenciará a divulgação do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar de sua assinatura (art. 94, I, Lei n. 14.133/20021), no seu sítio eletrônico oficial na internet e sua publicação, no mesmo prazo, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia.

DO FORO

(Art. 92, § 1º, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Em cumprimento ao art. 92, § 1º da Lei n. 14.133/2021, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 15 de dezembro de 2023.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	FABIOLA FRANÇA AZZI PARANHOS Pelo CONTRATADA
Aldací Souza Mota CPF: ***.504.772-** Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: ***.434.482-** Testemunha

ANEXO I DO CONTRATO N. 32/2023/TRE-RO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Descrição do objeto, quantidade e modo de fornecimento: serviços, diárias, centenas, unidades ou quilogramas - Lanche *light*, *coffee break*, coquetel e itens avulsos de alimentação:

LOTE ÚNICO - SERVIÇO DE LANCHE SIMPLES, LANCHE LIGHT, COFFEE BREAK, COQUETEL e ITENS DE ALIMENTAÇÃO AVULSOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Lanche simples	600 serviços
2	Coffee Break	100 serviços
3	Coquetel	350 serviços
4	Lanche light - sem glúten e sem lactose	30 Kg
5	Garçons (garçonetes)	18 diárias
6	Cento de salgados diversos	100 centos
7	Bolos (sabores diversos)	30 Kg
8	Mingau de milho (tipo mugunzá ou canjica)	30 Kg
9	Mingau de banana da terra e tapioca	30 Kg
10	Sucos naturais (sabores diversos a serem especificados pelo Cerimonial do TRE-RO)	200 litros
11	Refrigerantes (sabores diversos)	80 unidades (garrafa pet de 2 litros)
12	Açaí cremoso (com acompanhamentos: granola, leite condensado e frutas picadas)	30 kg
13	Docinhos (Brigadeiro de cupuaçu com suspiro, churros, brulée, limão siciliano, de banana com chips de banana, leite ninho)	5 centos
14	Mini sanduíches naturais (mini pão francês ou	200 unidades

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	de forma – presunto, queijo alface, tomate, picles, creme de cenoura com ricota)	
15	Quiches de recheios diversos (sabor com creme de sabores diversos, kaní com manga, canapés com azeitona preta, canapés com morango, canapés caprésio, carolinas, tarteletes, barquete de bacalhau, alho)	300 unidades
16	Salada de frutas	5 kg
17	Mini cachorro quente	200 unidades
18	Empadão de camarão	2 Kg
19	Salada mix de folhas com tomate cereja, atum, abacaxi, champignon, lascas de parmesão	2 kg

1.1. Os itens 6 a 19 dispensam a exigência de pessoal de apoio, bastando a entrega no local informado pelo Cerimonial.

2. Cardápio e Quantidade MÍNIMA a ser fornecida para cada participante:

ITEM 01 – LANCHE SIMPLES	
Tipo de Evento: Treinamentos e Capacitações	
Especificação do CARDÁPIO: (sem prejuízo da análise e definição de cardápios)	Quantidade MÍNIMA a ser fornecida para cada participante
1.	
<ul style="list-style-type: none">Bolo Simples – com e sem cobertura (ex.: cenoura, ninho, formigueiro, laranja, milho verde, chocolate, tapioca, iogurte, fubá cremoso);	2 fatias por participante
<ul style="list-style-type: none">Mingau de milho branco com coco (mugunzá) ou de banana com tapioca	100 ml por participante
1.	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E	<ul style="list-style-type: none">• Salgados assados variados pelo menos 5 tipos distintos selecionados entre: coxinha de frango, esfirra de carne, saltenha, pizza, mini calzone, pastéis, bolinha de queijo, quibe, tortas salgadas, etc.	8 unidades por participante
	<ul style="list-style-type: none">• Sanduíche natural em mini pão de forma (sem casca), ou pão francês, ou pão brioche, ou integral recheado com pasta de peito de frango desfiado, maionese e cenoura ralada, tomate, alface, queijo prato e presunto cozido.	Uma unidade por participante
1.		
	<ul style="list-style-type: none">• Um tipo de suco (polpa de caju, maracujá, cupuaçu, etc.)	400 ml por participante
1. MATERIAL DE APOIO:		
	<ul style="list-style-type: none">• Material descartável (copos, garfos, colheres, guardanapos, pratos, etc, observando-se as restrições para atendimento dos critérios de sustentabilidade que constam do TR)	O necessário
	<ul style="list-style-type: none">• Garrafas térmicas, suqueiras. suportes para doces e salgados	
	<ul style="list-style-type: none">• Tampos de mesa e respectivas bases e tolhas de mesa.• (01 conjunto para cada 10 pessoas)	
1. PESSOAL DE APOIO:		
	<ul style="list-style-type: none">• Pessoal de apoio para arrumar as mesas e dispor os itens.	O necessário
Condições: Conforme Termo de Referência		

ITEM 02 - COFFEE BREAK

Tipo de Evento: Encontros e palestras

Especificação do CARDÁPIO (sem prejuízo da análise e definição de cardápios)

Quantidade
MÍNIMA p/

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	participante
<ul style="list-style-type: none">• Salgados Especiais - Ao menos dois tipos distintos de mini porções, em cada evento. <p>As opções abaixo são exemplificativas, podendo ser substituídas por itens de valor similar, a critério do contratante, com anuência da contratada</p>	
<ul style="list-style-type: none">• Tirinhas de filé mignon ao molho madeira, de nata ou ao funghi	80 gramas por participante
<ul style="list-style-type: none">• Penne no azeite, tomate seco e frango defumado, salpicado com manjericão fresco	80 gramas por participante
<ul style="list-style-type: none">• Lagarto dos Mares, acompanhado de pão sírio	80 gramas por participante
<ul style="list-style-type: none">• Escondidinho da camarão, carne seca ou bacalhau	80 gramas por participante
<ul style="list-style-type: none">• Salada de frutas (maçã, mamão, morango, uvas, abacaxi, banana, kiwi, laranja, etc.), ou• Açaí cremoso com acompanhamentos (granola, creme de leite, leite moça, tapioca em flocos)	80 ml por participante
<ul style="list-style-type: none">• Canjica de milho branco com coco, ou• Mingau de banana da terra com tapioca	80 ml por participante
<ul style="list-style-type: none">• Duas opções de bolo (de tapioca, de laranja, de chocolate, de macaxeira ou de milho, prestígio, leite ninho, cenoura com recheio de brigadeiro, churros com recheio de doce de leite, limão siciliano)	01 fatia por participante
<p>Salgados assados</p> <ul style="list-style-type: none">• Seis tipos distintos de salgados assados selecionados dentre as opções relacionadas a seguir, ou similares, a serem avençadas entre o contratante e a contratada.• Folhado de frango com queijo, folhados de calabresa com manjericão, pastéis de forno, quiches de atum, quiches de creme de milho verde com calabresa, barquetes com salpicão de frango, damascos recheados, saltenha de frango, empadinha de frango com catupiry, mini calzone, croissant de lombo com gorgonzola, massa folhada recheada com camarão cremoso ou frango com catupiry.	04 (quatro) unidades por participante

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A contratada deverá servir pelo menos duas opções de suco. As opções abaixo são exemplificativas, podendo ser substituídas a critério do contratante, com anuência da contratada	400. por participante
<ul style="list-style-type: none">Acerola, abacaxi com hortelã, cupuaçu com morango, tamarino, maracujá com maçã e gengibre, etc.Refrigerante dois litros (coca-cola e guaraná)	
MATERIAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none">Copos de vidro para água e refrigerante	O necessário
<ul style="list-style-type: none">Recipientes de porcelana branca, apropriados para servir as mini porções de escondidinho	
<ul style="list-style-type: none">Talheres e utensílios de servir em aço inox e madeira	
<ul style="list-style-type: none">Material descartável (copos, garfos, colheres, guardanapos, etc.)	
<ul style="list-style-type: none">Jarras de vidro	
<ul style="list-style-type: none">Garrafas térmicas	
<ul style="list-style-type: none">Bandejas e travessas de matérias diversos (vidro, porcelana, madeira, etc.) para dispor os alimentos à mesa	
<ul style="list-style-type: none">Tampos de mesa e respectivas bases	
<ul style="list-style-type: none">Toalhas e cobre manchas	
PESSOAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none">Pessoal de apoio para arrumar as mesas, dispor e repor os itens.	O necessário
Condições: Conforme item 2.3 do Termo de Referência	

ITEM 03 - COQUETEL

Tipo de evento:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<ul style="list-style-type: none">• Cerimônias de Posse de Membros da Corte• Encontro de Corregedores• Solenidade de outorga de medalha do mérito eleitoral	
Especificação do CARDÁPIO: sem prejuízo da análise e definição de cardápios	Quantidade MÍNIMA p/participante
<p>Cinco tipos distintos de doce, em cada evento.</p> <p>As opções abaixo poderão, em algumas ocasiões, ser substituídas por itens de valor similar, a critério do contratante, com anuência da contratada.</p>	
<ul style="list-style-type: none">• Tacinha de leite condensado com damasco• Olho de sogra• Camafeu de nozes• Mini tortinhas recheadas com cupuaçu e castanha do Pará• Brigadeiros: Cupuaçu com suspiro, churros, brulê, limão siciliano, nozes, coco ralado com damasco, amêndoas, de banana com chips de banana, leite ninho	05 unidades por participante
<ul style="list-style-type: none">• Mini Pavlova, com cobertura de frutas vermelhas• Cheesecake de frutas vermelhas, ou de maçã ou frutas amarelas	01 unidade por participante
<p>Mini Porções: Ao menos três tipos distintos de mini porções, em cada evento.</p> <p>As opções abaixo poderão, em algumas ocasiões, ser substituídas por itens de valor similar, a critério do contratante, com anuência da contratada.</p>	
<ul style="list-style-type: none">• Escondidinho de sabores diversos como: carne de sol, camarão ou de bacalhau• Salada de bacalhau• Casquinha de caranguejo• Cuscuz marroquino• Mini Penne ao pesto com tomate seco, azeitonas pretas alcaparras e lascas de parmesão• Arroz de pato• Tortinha de bacalhau ou camarão, com catupiry	Uma mini porção de cada tipo, por participante

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<ul style="list-style-type: none">• Canapés finos na massa folhada - 04 (quatro) unidades por participante	
<ul style="list-style-type: none">• Quiches com creme de sabores diversos, kaní com manga, canapés com azeitona preta, canapés com morango, canapés caprésio, carolinas, tarteletes, barquete de bacalhau, etc.	
<ul style="list-style-type: none">• Tábua de frios (queijos variados, frutas secas e frescas, salame, presunto, patês variados)	
Sucos: Ao menos dois sabores em cada evento - 300 ml por participante	
<ul style="list-style-type: none">• Abacaxi com hortelã, cupuaçu com morango, cajá, maracujá com maçã e gengibre, etc.	
<ul style="list-style-type: none">• Refrigerante dois litros (coca-cola e guaraná)	
<ul style="list-style-type: none">• Água Mineral	
<ul style="list-style-type: none">• Água mineral com gás	200 ml por participante
<ul style="list-style-type: none">• Água Aromatizada - Água mineral com gás aromatizada com frutas (uva, morango e kiwi), ervas e especiarias.	200 ml por participante
MATERIAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none">• Copos e taças de vidro para água, refrigerante e os coquetéis• Vasilhinhas de porcelana para servir os escondidinhos e as mini porções• Bandejas, travessas e doceiras duplas em vidro, porcelana, madeira, fibras naturais, etc., em formatos e alturas diversas, para disposição dos alimentos na mesa• Baldes/bacias de inox ou vidro para dispor bebidas no gelo• Jarras de vidro• Pratinhos de porcelana branca• Talheres e utensílios de servir em ações inox e madeira• Material descartável (guardanapos, copos, etc.)• Tampo de mesa e respectivas bases.• Toalhas e cobre manchas	O necessário

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PESSOAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none">Pessoal de apoio para montagem, organização e reposição dos itens dispostos nas mesas	O necessário
Condições: Conforme item 2.3 do Termo de Referência	

LANCHE LIGHT– SEM GLUTEN E SEM LACTOSE	
Tipo de Evento: Treinamentos e outros eventos institucionais, sem prejuízo da análise e definição de cardápios.	
1.	Quantidade Estimada
<ul style="list-style-type: none">Bolo de chocolate	2 kg
<ul style="list-style-type: none">Bolo de limão	2 kg
<ul style="list-style-type: none">Bolo de maçã, nozes e especiarias	3 kg
<ul style="list-style-type: none">Bolo integral de banana com nozes e especiarias	2 kg
<ul style="list-style-type: none">Bolo de fubá com goiabada derretida	3 Kg
<ul style="list-style-type: none">Mini Pavlova light	2 kg
<ul style="list-style-type: none">Docinhos light	3 kg
<ul style="list-style-type: none">Nhoque de batata doce à bolonhesa	3 Kg
<ul style="list-style-type: none">Torta de palmito	2 Kg
<ul style="list-style-type: none">Pão gelado de frango ou atum	3 Kg
<ul style="list-style-type: none">Empadão de camarão	2 Kg
<ul style="list-style-type: none">Saladas mix de folhas com tomate cereja, atum, abacaxi, champignons, lascas de parmesão	2 kg
Total	30 Kg

ITEM 05 – GARÇONS (garçonetes)

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tipo de Evento: A critério da contratada	Quantidade Estimada
Especificação: Disponibilização de garçom para atender serviços quando solicitado pela contratada.	18 diárias

ANEXO II DO CONTRATO N. 32/2023/TRE-RO**1. Locação de mobiliário para eventos institucionais:**

	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
20	Mesa retangular de madeira aglomerada , com revestimento em mdf laminado (cor amadeirado), medindo 1,40m x 2,20m (largura x comprimento)	3 unidades
21	Mesa quadrada de madeira aglomerada, com revestimento em mdf laminado (cor amadeirado), medindo 2,0m x 2,0m (largura x comprimento)	3 unidades
22	Mesa redonda com diâmetro de 1,6m, em revestimento de madeira aglomerada ou mdf laminado	3 unidades
23	Cadeiras tipo tiffany	200 unidades
24	Tapete decorativo medindo 3m x 4m, tipo veludo ou carpete nas cores marfim, cinza ou bege, com base antiderrapante	2 unidades
25	Tapete decorativo medindo 3m x 2,5m, tipo veludo ou carpete nas cores marfim, cinza ou bege, com base antiderrapante	2 unidades

1.1 Os móveis colocados à disposição da contratante deverão estar em bom estado de conservação e manutenção (sem arranhões visíveis, estofamento manchado, furado ou rasgado, marcas de ferrugem ou revestimentos desgastados ou qualquer outro defeito que apresente aparência desagradável ou coloque em risco a segurança dos usuários)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 15/12/2023, às 16:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FABIOLA FRANÇA AZZI PARANHOS, Usuário Externo**, em 16/12/2023, às 14:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 18/12/2023, às 10:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 18/12/2023, às 14:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1100024** e o código CRC **647C1D2A**.

0001795-76.2023.6.22.8000

1100024v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805-859 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA (TR) – SERVIÇOS SEM DEMO Nº 7/2023 - PRES/DG/CERIMONIAL

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços que tem como objeto a prestação de serviços de bens de uso comum, por intermédio de empresa especializada, para fornecimento, sob demanda, de:

- alimentação, consistente em *coffee break*, coquetel, lanches simples e *light* e itens de alimentação para suprir necessidade de eventos institucionais como: solenidades, seminários, palestras, conferências e outros eventos correlatos, conforme especificações constantes neste Termo de Referência (TR);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- mobiliário (locação) para atendimento às solenidades de posse e outras sessões solenes do tribunal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Detalhamento dos serviços que compõem a solução:

As especificações e quantidades a serem adquiridas estão expressas no quadro abaixo:

LOTE 1 - SERVIÇO DE LANCHE SIMPLES, LANCHE LIGHT, COFFEE BREAK, COQUETEL e ITENS DE ALIMENTAÇÃO AVULSOS		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Lanche simples	600 serviços
2	Coffee Break	100 serviços
3	Coquetel	350 serviços
4	Lanche light - sem glúten e sem lactose	30 Kg
5	Garçons e garçonetes	18 diárias
6	Cento de salgados diversos	100 centos
7	Bolos (sabores diversos)	30 Kg
8	Mingau de milho (tipo mugunzá ou canjica)	30 Kg
9	Mingau de banana da terra e tapioca	30 Kg
10	Sucos naturais (sabores diversos a serem especificados pelo Cerimonial do TRE-RO)	200 litros



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11	Refrigerantes (sabores diversos)	80 unidades (garrafa pet de 2 litros)
12	Açaí cremoso (com acompanhamentos: granola, leite condensado e frutas picadas)	30 kg
13	Docinhos (Brigadeiro de cupuaçu com suspiro, churros, brulée, limão siciliano, de banana com chips de banana, leite ninho)	5 centos
14	Mini sanduíches naturais (mini pão francês ou de forma – presunto, queijo alface, tomate, picles, creme de cenoura com ricota)	200 unidades
15	Quiches de recheios diversos (sabor com creme de sabores diversos, kaní com manga, canapés com azeitona preta, canapés com morango, canapés caprésio, carolinas, tarteletes, barquete de bacalhau, alho)	300 unidades
16	Salada de frutas	5 kg
17	Mini cachorro quente	200 unidades
18	Empadão de camarão	2 Kg
19	Salada mix de folhas com tomate cereja, atum, abacaxi, champignon, lascas	2 kg



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	de parmesão	
--	-------------	--

1.2.1. Os itens 4, 6 a 18 dispensam a exigência de pessoal de apoio, bastando a entrega no local informado pelo Cerimonial.

LOTE 02		
FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO		
	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Mesa retangular de madeira aglomerada , com revestimento em mdf laminado (cor amadeirado), medindo 1,40m x 2,20m (largura x comprimento)	3 unidades
02	Mesa quadrada de madeira aglomerada, com revestimento em mdf laminado (cor amadeirado), medindo 2,0m x 2,0m (largura x comprimento)	3 unidades
03	Mesa redonda com diâmetro de 1,6m, em revestimento de madeira aglomerada ou mdf laminado	3 unidades
04	Cadeiras tipo tiffany	200 unidades
05	Tapete decorativo medindo 3m x 4m, tipo veludo ou carpete nas cores marfim, cinza ou bege, com base antiderrapante	2 unidades
06	Tapete decorativo medindo 3m x 2,5m, tipo veludo ou carpete nas cores marfim, cinza ou	2 unidades



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	bege, com base antiderrapante	
--	-------------------------------	--

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme indicado no item 2 do Estudo Técnico Preliminar (1062346), apêndice deste Termo de Referência.

1.4. A prestação dos serviços objeto da contratação observará os seguintes parâmetros:

1.4.1. A quantidade de serviços de *cooffee break*, coquetel e lanches foram dimensionadas de acordo com o número estimativo de participantes dos eventos institucionais por ano. Ressalta-se que as quantidades acima descritas são estimadas e não vinculam a Administração a sua contratação total;

1.4.2. Por serviço entenda-se o conjunto de itens de alimentação (doces, salgados, canapés, mini porções, sucos, refrigerantes etc.) que compõem os itens de lanches, *coffee break* e coquetel, com respectivo material e pessoal de apoio, observadas as quantidades mínimas, *per capita*, definidas no cardápio (vide Anexo II, coluna: Quantidade MÍNIMA a ser fornecida para cada participante - item 12.2 deste TR). Assim, se houver um evento para 100 participantes, teremos 100 serviços de lanches, *coffee break*, ou de coquetel, de acordo com o tipo de evento.

1.4.3. Os alimentos relacionados no item 4 lanche *light* e itens 6 a 19 poderão ser adquiridos individualmente, quando identificada a necessidade destes para atender situação específica.

1.4.5. Quanto ao serviço de garçons, item 05, foram estimados 18 serviços que poderão ou não ser utilizados ao longo do contrato. O serviço deverá ser executado por profissional capacitado e com experiência na atividade de garçom (garçonete), devidamente uniformizado (a) e qualificado (a) para realizar todo o correspondente à função respectiva, com experiência em evento e no trato com autoridades.

1.4.6. No que diz respeito ao Lote 2 (locação de mobiliário) poderão ou não ser utilizados os itens especificados. Esclarecemos que, em geral, as solenidades de posse e outorga de medalhas do mérito eleitoral suscitarão estes serviços (em média três ao ano).

1.4.7. Para os eventos do tipo lanches, *coffee break* e coquetel exigir-se-á material de apoio consistente em: louças de vidro, porcelana, talheres, taças e copos de vidro, tudo em perfeito estado de conservação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.4.8. Para o evento do tipo lanches, *coffee break* e coquetel exigir-se-á que as bandejas e demais utensílios para disposição dos alimentos apresentem-se em tamanhos, formatos e características variados (porcelana, vidro, ratan, metais, madeira dentre outros).

1.4.9. Para os itens de alimentação, tipo lanches simples, onde for autorizado o uso de material descartável, somente será permitido o uso de tipo biodegradável previamente aprovado pela contratante, observando-se as restrições e práticas de sustentabilidade regulamentados neste Tribunal e monitorados pela Assessoria de Sustentabilidade e Acessibilidade - ASSESUA.

1.4.10. Os alimentos devem ser preparados no dia da entrega, apresentar boa qualidade, aparência, cor, textura e sabor característicos. Os produtos deverão ser entregues aos fiscais do contrato em embalagens apropriadas à especificidade de cada item, a fim de que não se danifiquem durante o transporte até as dependências do Tribunal ou outro local designado pela contratante.

1.5. O prazo de vigência e execução do contrato será de 24 meses, podendo, a critério da administração, ser prorrogado por até 60 meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021, na forma do artigo 105 da Lei n. 14.133, de 2021.

1.5.1. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação e eventual prorrogação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (1062346), **apêndice deste Termo de Referência**. Esta contratação visa garantir o fornecimento de itens de alimentação e locação de mobiliário necessários ao atendimento dos eventos institucionais a serem promovidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que estão direta e concretamente vinculados aos objetivos institucionais deste Tribunal, respeitando-se os princípios da razoabilidade, moralidade e economicidade;

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual PCA 2023 - item 1 - (evento 0903526).

2.3. A presente licitação se dará na modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por lote, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.4 Justificativa para a Inclusão de Itens de Coffee Break e Decoração em lotes :

2.4.1 O presente termo de referência busca consolidar as necessidades relacionadas à organização de eventos, visando otimizar recursos e proporcionar uma experiência mais coesa e harmoniosa para os participantes. A decisão de agrupar os itens de coffee break e os de decoração é embasada em diversos motivos que fortalecem a eficácia e eficiência do processo de contratação, conforme detalhados a seguir:

1. Sinergia e Coerência Temática: A harmonização entre a ambientação e o serviço de coffee break é fundamental para criar uma atmosfera acolhedora e envolvente. A união desses elementos em um único termo de referência permite alinhar a temática do evento de forma mais integrada e coerente.
2. Simplicidade e Agilidade no Processo de Contratação: Ao agrupar os itens de coffee break e decoração em lotes específicos, separando-os de acordo com a natureza do serviço a ser prestado, simplificamos o processo de contratação, reduzindo a burocracia e facilitando a comunicação com no máximo dois fornecedores. Isso resulta em maior agilidade na seleção e contratação dos serviços, otimizando o tempo e os recursos disponíveis, pois considerando os itens que compõem o lote 1, seria um verdadeiro caos receber pratos de cardápios de diferentes cozinheiros e variados temperos para atender o mesmo evento, gerando, inclusive, riscos para a saúde das pessoas que consumirão alimentos.
3. Economia de Recursos Financeiros: A consolidação dos itens em lotes específicos permite uma análise mais abrangente dos orçamentos apresentados pelos fornecedores. Essa abordagem integrada possibilita identificar possíveis sinergias nos custos, proporcionando uma oportunidade de economia financeira significativa.
4. Gestão de Logística Simplificada: Ao centralizar a responsabilidade sobre os aspectos logísticos relacionados ao coffee break e à decoração, minimizamos o risco de descoordenação entre os diferentes prestadores de serviços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Isso contribui para a fluidez e eficiência na execução do evento.

5. Garantia de Qualidade e Consistência: A integração dos serviços de coffee break e decoração em lotes facilita a comunicação e a definição de padrões de qualidade. Isso assegura que a execução do evento atenda às expectativas e requisitos estabelecidos, resultando em uma experiência mais satisfatória para os participantes.

Em virtude desses benefícios, a inclusão dos itens de coffee break e decoração em lotes se mostra como uma abordagem estratégica e eficaz para a organização de eventos, proporcionando maior eficiência, economia e qualidade na execução dos serviços. Esta decisão está em consonância com os objetivos de excelência e satisfação dos participantes, alinhando-se aos interesses e necessidades da contratante.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Os materiais e os serviços serão entregues e prestados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia na Avenida Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa da União, em Porto Velho/RO, ou em outro local previamente informado à contratada, localizado dentro do perímetro urbano do município de Porto Velho/RO.

3.2. A quantidade de serviços de lanche simples, *coffee break*, coquetel, lanche *light* e *petit four* foram dimensionadas de acordo com o número estimativo de participantes dos eventos institucionais previstos para o período de novembro de 2023 a novembro/2025. Ressaltando que as quantidades são estimadas e não vinculam a Administração a sua contratação total.

3.3. Por serviço entenda-se o conjunto de itens de alimentação (doces, salgados, canapés, mini porções, sucos, refrigerantes etc.) que compõem os itens de lanche simples, *coffee break* e coquetel, com respectivo material e pessoal de apoio, observadas as quantidades mínimas, *per capita*, definidas no cardápio (vide Anexo II, coluna: Quantidade MÍNIMA a ser fornecida



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para cada participante - item 12.2 deste TR). Assim, se tivermos um evento para 100 participantes, teremos 100 serviços de lanche simples, ou de *coffee break*, ou de coquetel, de acordo com o tipo de evento.

3.4. Os alimentos relacionados nos itens lanche *light e petit four* poderão ser adquiridos individualmente, quando identificada a necessidade destes para atender situação específica.

3.5. Quanto ao serviço de garçons, foram estimados serviços que poderão ou não ser utilizados ao longo do contrato. O serviço deverá ser executado por profissional capacitado e com experiência na atividade de garçom ou garçonete, devidamente uniformizado (a) e qualificado (a) para realizar todo o correspondente à função respectiva, com experiência em evento e no trato com autoridades.

3.6. No que diz respeito ao Lote 2 (locação de mobiliário) poderão ou não ser utilizados os itens especificados. Esclarecemos que, para reduzir os gastos com a locação destes materiais, o TRE-RO realizou a aquisição de 4 mesas especiais para uso durante as Cerimônias, e somente quando não acudirem suficientes para determinada cerimônia, circunstância que dependerá do tipo e quantidade de autoridades e convidados envolvidos, será expedida a ordem de serviço.

3.7. Para os eventos do tipo lanches, *coffee break* e coquetel exigir-se-á material de apoio consistente em: louças de vidro, porcelana, talheres, taças e copos de vidro, tudo em perfeito estado de conservação.

3.8. Para o evento do tipo lanches, *coffee break* coquetel exigir-se-á que as bandejas e demais utensílios para disposição dos alimentos apresentem-se em tamanhos, formatos e características variados (porcelana, vidro, ratan, metais, madeira dentre outros).

3.9. Para os itens de alimentação, tipo lanches simples, onde for autorizado o uso de material descartável, somente será permitido o uso de tipo biodegradável previamente aprovado pela contratante, observando-se as restrições e práticas de sustentabilidade regulamentados neste Tribunal e monitorados pela Assessoria de Sustentabilidade e Acessibilidade - ASSESUA.

3.10. Os alimentos devem ser preparados no dia da entrega, apresentar boa qualidade, aparência, cor, textura e sabor característicos. Os produtos deverão ser entregues aos fiscais do contrato em embalagens apropriadas à especificidade de cada item, a fim de que não se danifiquem durante o transporte até as dependências do Tribunal ou outro local designado pela contratante.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Requisitos de Sustentabilidade:

4.1.1. A Resolução CNJ n. 347/2020 estabelece que os órgãos do Poder Judiciário devem prever critérios de sustentabilidade em suas contratações, tais como: métodos utilizados para avaliação e especificação de bens, materiais, serviços e obras em função do seu impacto ambiental, social, cultural e econômico, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável – PLS de cada órgão, cuja gestão está prevista no art. 4º dessa norma. Neste Tribunal, o PLS 2020-2025 foi instituído através da Portaria TRE-RO n. 131/2020.

4.1.2 Esta contratação está alinhada ao Plano de Logística Sustentável do TRE-RO 2020-2025, e em observando, no que exigível, o Princípio do Desenvolvimento Sustentável, conforme dispõe o art. 5º da Lei n. 14.133/2021.

4.1.3. Após consulta ao referido Plano, verificou-se que há ações e estratégias estabelecidas neste Tribunal que estão voltadas ao desenvolvimento sustentável e diretamente associadas ao objeto pretendido nesta contratação. Assim, serão exigidas, durante a execução do contrato, as seguintes práticas:

1. Que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilizem materiais recicláveis no que cabível, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
2. Quando da prestação de serviços nos eventos institucionais a contratada deverá instruir seus empregados para que observem a destinação correta de resíduos sólidos (descartáveis) e de alimentos, de acordo com a coleta seletiva estabelecida pelo TRE-RO.
3. Com exceção dos itens 2 e 3 do lote 1, fica autorizada a utilização de descartáveis previamente aprovados pela contratante, observando-se as restrições e requisitos de sustentabilidade regulamentados neste Tribunal e monitorados pela Assessoria de Sustentabilidade e Acessibilidade - ASSESUA
4. A qualquer momento a fiscalização ou a gestão do contrato poderá realizar diligências e eventualmente notificar a empresa contratada para comprovar o cumprimento dessas exigências;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.2 Por sua vez, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da AGU/CGU, publicação conjunta da Advocacia Geral da União e Controladoria-Geral da União – 6ª edição (1062361), cuja utilização no âmbito deste TRE foi instituída por meio da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2023 - PRES/GABPRES – 0981675, aplica para os serviços de alimentação a observância e o cumprimento da Resolução RDC ANVISA n. 216/04, que estabelece Boas Práticas para Serviços de Alimentação, alterada pela RDC Anvisa nº 52, de 29 de setembro de 2014:4.2. Assim, além dos critérios de sustentabilidade inseridos no item anterior, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no mencionado Guia:

1. Observância da Resolução RDC ANVISA n. 216/04 estabelece Boas Práticas para Serviços de Alimentação, alterada pela RDC Anvisa nº 52, de 29 de setembro de 2014.
2. Essa Resolução se aplica aos serviços de alimentação que realizam algumas das seguintes atividades: manipulação, preparação, fracionamento, armazenamento, distribuição, transporte, exposição à venda e entrega de alimentos preparados ao consumo, tais como cantinas, bufês, comissarias, confeitarias, cozinhas industriais, cozinhas institucionais, unidades de alimentação e nutrição dos serviços de saúde, delicatessens, lanchonetes, padarias, pastelarias, restaurantes, rotisseries e congêneres.
3. A Anvisa coordena, supervisiona e controla as atividades de registro, inspeção, fiscalização e controle de riscos, sendo responsável por estabelecer normas e padrões de qualidade e identidade a serem observados. O objetivo é garantir a segurança e a qualidade de alimentos, incluindo bebidas, águas envasadas, ingredientes, matérias-primas, aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia, materiais em contato com alimentos, contaminantes, resíduos de medicamentos veterinários, rotulagem e inovações tecnológicas em produtos da área de alimentos. ”
(Biblioteca de Alimentos)

4.2.1. Nesse sentido, como regra de sustentabilidade será exigido que a licitante cumpra a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52/2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária municipal, e demais instrumentos normativos aplicáveis”. Sendo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

exigido, além das demais condições de habilitação, as seguintes comprovações:

1. Certificado de licença ambiental relacionado aos serviços compatíveis com coffee break, fornecimento e preparação de alimentos, emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Velho-RO - SEMA.
2. Licença Sanitária do estabelecimento emitida pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho-RO ou Departamento/Divisão de Vigilância Sanitária Municipal de PVH - SEMUSA.
4. Licença e/ou certificado de inspeção sanitária do veículo utilizado para o transporte de alimentos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho-RO ou Departamento/Divisão de Vigilância Sanitária Municipal de PVH - SEMUSA.

4.3 REQUISITOS DA EXECUÇÃO

1. Os materiais e os serviços serão entregues e prestados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, situado na Avenida Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa da União, em Porto Velho/RO, ou em outro local previamente informado à contratada, localizado dentro do perímetro urbano do município de Porto Velho-RO.
2. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.
3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no item 1.2 a 1.4.9 deste TR.
4. A demanda do órgão tem como base os eventos e cerimônias ocorridos no último exercício e os projetados para ocorrerem durante os próximos 24 meses, conforme estudos técnicos preliminares - ETP ([1062346](#)).
5. A contratada deverá estar com toda a estrutura montada e itens disponibilizados com antecedência mínima de 02 (duas) horas do horário agendado para a prestação do serviço.
6. Os dias e horários em que deverão ser executados os serviços serão comunicados pelo Cerimonial à contratada por e-mail, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data do evento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7. Todos os cardápios do evento, elaborados pela contratada, montados de acordo com as opções e medidas constantes de cada tipo de serviço, deverão ser encaminhados ao Cerimonial com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento.
8. A Comissão de Cerimonial deverá aprovar o cardápio com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento, com prazo hábil para preparação dos alimentos.
9. As opções de toalhas de mesa deverão ser submetidas à Comissão de Cerimonial, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do evento, que decidirá, dentre as opções ofertadas, a que melhor se adequa.
10. A contratada será responsável pela montagem, arrumação das mesas, disposição e reposição dos itens do serviço, bem como, após sua finalização, pela desmontagem e retirada dos materiais, utilizando-se de mão de obra própria. Quando do manuseio de embalagens e alimentos a contratada deverá observar as normas internas do Tribunal acerca da coleta seletiva de resíduos comuns.
11. A contratada não estará obrigada a fornecer serviço para evento com público inferior a 20 (vinte) participantes.
12. A contratada deverá fornecer o material de apoio devidamente discriminado neste Termo de Referência, necessário à realização do serviço.
13. A contratada deverá disponibilizar o número de garçons (garçonetes) solicitados pela contratante para o evento indicado, devendo estes se apresentarem no local do evento com uma hora de antecedência.
14. Os itens descritos no Lote 2, quando necessários, serão informados à contratada, que deverá fornecê-los nas quantidades e modelos solicitados e realizar a entrega no local do evento.
15. Os produtos solicitados serão acondicionados em embalagens e/ou recipientes limpos e apropriados. Referidos recipientes quando descartados devem observar as normas internas do Tribunal acerca da coleta seletiva.
16. As caixas para o transporte dos produtos deverão ser térmicas nos casos em que os gêneros requisitados necessitem de ambiente apropriado para conservação.
17. Os entregadores e pessoal de apoio da Contratada deverão estar vestidos adequadamente, com roupas limpas, sapatos ou tênis fechados e devidamente identificados.

4.4 Da Vistoria nas instalações físicas da Licitante:

1. Será necessária a apresentação de declaração de vistoria nas dependências da cozinha da licitante, realizada pela Comissão de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Cerimonial TRE-RO, atestando a compatibilidade referida no Anexo III - item 12.3 deste TR;

2. A vistoria será feita para aferição dos quesitos estabelecidos no Anexo III com as seguintes normas, em especial a norma contida nos itens abaixo:

3. - Resolução - RDC n. 275, de 21 de outubro de 2002 - Essa Resolução foi desenvolvida com o propósito de atualizar a legislação geral, introduzindo o controle contínuo dos Procedimentos Operacionais Padronizados aplicáveis aos estabelecimentos produtores de alimentos, além de promover a harmonização das ações de inspeção sanitária por meio de instrumento genérico de verificação das práticas de fabricação de alimentos. Portanto, é ato normativo complementar à Portaria SVS/MS nº 326/97.

4. Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997 - Baseada no Código Internacional Recomendado de Práticas: Princípios Gerais de Higiene dos Alimentos CAC/VOL. A, Ed. 2 (1985), do Codex Alimentarius, e harmonizada no Mercosul, essa Portaria estabelece os requisitos gerais sobre as condições higiênico-sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos.

5. Portaria MS n. 1.428, de 26 de novembro de 1993 - Precursora na regulamentação desse tema, essa Portaria dispõe, entre outras matérias, sobre as diretrizes gerais para o estabelecimento de Boas Práticas de Produção e Prestação de Serviços na área de alimentos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência e execução do contrato será de 24 meses a contar da data de assinatura, podendo, a critério da administração, ser prorrogado por até 60 meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021.

5.1.1. Como condição para a renovação, deverá a contratante:

I - atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - atestar que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.2. A contratante poderá extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

5.2.1 A extinção mencionada ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

5.3. Deveres e Responsabilidades do contratante:

5.3.1. Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto.

5.3.2. Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na execução dos serviços.

5.3.3. Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da contratada, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editalícias.

5.3.4. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste TR e no contrato.

5.3.5. Reunir-se com a contratada, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à execução dos serviços.

5.3.6. Assegurar, quando exigível, o acesso dos empregados da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas.

5.3.7. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta.

5.3.8. Notificar a contratada para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos aspectos em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados.

5.3.9. Rejeitar, através do fiscal contrato, a execução dos serviços em desacordo com as obrigações estabelecidas no contrato e fixar prazo para a correta execução do objeto.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.3.10. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

5.4. Deveres e Responsabilidades da Contratada:

5.4.1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução do objeto nos termos estabelecidos na sua proposta comercial, neste TR, no edital e no instrumento de contrato.

5.4.2. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total ou estimado do contrato, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021.

5.4.3. Indicar, quando exigível, um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da contratada para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo contratante.

5.4.4. Responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução do contrato.

5.4.5. Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

5.4.6.. Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável à execução do objeto do contrato.

5.4.7. Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução do objeto do contrato e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

5.4.8. Arcar com a todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução do objeto do contrato, tais como: impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes.

5.4.9. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.4.10. A contratada deverá estar com toda a estrutura montada e itens disponibilizados com antecedência mínima de 02 (duas) horas do horário agendado para a prestação do serviço.

5.4.11. Os dias e os horários em que deverão ser executados os serviços serão comunicados pelo Cerimonial, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data do evento.

5.4.12. Todos os cardápios do evento, elaborados pela contratada, montados de acordo com as opções e medidas constantes de cada tipo de serviço, deverão ser encaminhados ao Cerimonial com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento,

5.4.13. O Cerimonial deverá aprovar o cardápio com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento, com prazo hábil para confecção dos produtos,

5.4.14. As opções de toalhas de mesa deverão ser submetidas ao Cerimonial, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do evento, que decidirá, dentre as opções ofertadas, a que melhor se adeque,

5.4.15. Quando necessário, a contratada será responsável pela montagem, arrumação das mesas, disposição e reposição dos itens do serviço, bem como, após sua finalização, pela desmontagem e retirada dos materiais, utilizando-se de mão de obra própria,

5.4.16. A contratada não estará obrigada a fornecer serviço para evento com público inferior a 20 (vinte) participantes.

5.4.17. A contratada deverá disponibilizar o número de garçons solicitados pela contratante para o evento indicado, devendo estes se apresentarem no local do evento com uma hora de antecedência.

5.4.18. Os itens descritos no Lote 2, quando necessários, serão informados à contratada, que deverá fornecê-los nas quantidades e modelos solicitados e realizar a entregar no local do evento.

5.4.19. Os produtos solicitados serão acondicionados em embalagens e/ou recipientes limpos e apropriados (alumínio, cartonado, isopor ou caixas de polietileno).

5.4.20. As caixas para o transporte dos produtos deverão ser térmicas nos casos em que os gêneros requisitados necessitem de ambiente apropriado para conservação.

5.4.21. Os entregadores e pessoal de apoio da Contratada deverão estar vestidos adequadamente, com roupas limpas, sapatos ou tênis fechados e devidamente identificados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.4.22. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.1. Na forma do art. 95 da Lei n. 14.133/2021, será firmado instrumento de contrato.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. O fiscal técnico do contrato, quando houver, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n. 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto n. 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.11. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração, durante a execução do serviço, para representá-lo na execução do contrato.

6.11.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

6.12. A presente contratação se dará mediante realização de pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por lote, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. O Termo Detalhado de Aferição da execução contratual será atestado pelo titular da Comissão de Cerimonial do Tribunal, ou por seu substituto, após o recebimento dos serviços, em consonância com o tipo de alimentação solicitada e descrita neste TR.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

I - não produziu os resultados acordados,

II - deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

III - deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.3. O Termo Detalhado de Aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

I - O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

II - O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

III - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.1. O Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Do recebimento:

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até dois dias úteis da realização do evento pelo gestor da contratação, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4.1 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até cinco dias úteis após o recebimento provisório, e após verificados o regular e integral cumprimento das obrigações contratuais pelo fornecedor, mediante recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, e a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante Termo de Recebimento Definitivo.

7.4.2 Para efeito de recebimento definitivo, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.4.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.4 A fiscalização não efetuará o ateste da última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.4.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4.6 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4.7 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.4.8 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.4.9 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.4.10 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.4.11 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Liquidação:

7.5. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.5.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.5.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I - o prazo de validade;

II - a data da emissão;

III - os dados do contrato e do órgão contratante;

IV - o período respectivo de execução do contrato;

V - o valor a pagar; e

VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.5.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.5.5 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.5.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.5.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.5.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.5.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento:

7.6. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

OU

(sendo também exigidos atos diversos pelo contratado após a execução dos serviços, como testes, laudos, certificações ou outros, adotar a seguinte redação):

7.7. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento definitivo e liquidação da despesa.

7.8. Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data que o pagamento deveria ter ocorrido e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM $=$ I \times N \times VP
Na qual:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

7.9. a compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

7.10. O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, após o recebimento definitivo dos bens ou dos serviços atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços.

7.11 Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, email, número de celular ou chave aleatória.

7.12 Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.

7.13 O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

7.14 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.16 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

com adoção do critério de julgamento pelo (☒) (MENOR PREÇO OU (☐)
MAIOR DESCONTO.

(☐) por item

(☒) por grupo (lotes).

8.2. Há anexos da proposta?

(☐) Não;

(☒) sim, relacionar todos e apontar o item do TR que contém a exigência:

Anexo I – Descrição do objeto, quantidade e modo de fornecimento: serviços, diárias, centenas, unidades ou quilogramas - item 12.1

Anexo II – Cardápio e Quantidade MÍNIMA a ser fornecida para cada participante – item 1.4.2, 3.3 e 12.2

Anexo III Da Vistoria nas instalações físicas da contratada – item 4.4 e 12.3

8.3. Deverá ser adotada modo de disputa por lances:

(☒) aberto;

(☐) aberto e fechado;

(☐) fechado e aberto, com intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances (art. 22, § 1º da IN SEGES/ME n. 73/2022).

8.4 Divulgação do preço estimado:

(☐) Sim.

(☒) Não. Justificativa (art. 24, L. 14.133/2021):

Solicita-se a o orçamento sigiloso até a abertura das propostas, a fim de evitar o efeito âncora com preços propostos semelhantes aos valores de referência da Administração. Desta forma pretende-se que as licitantes apresentem o preço praticado no mercado para o referido objeto, propiciando, ainda, uma margem para que o pregoeiro possa negociar a redução do valor inicial das propostas em favor da Administração.

8.5 Exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame (art. 4º, L. 14.133/2021):



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(x) NÃO, para o Lote 1, pois o valor estimado da contratação supera o limite legal, pois a soma do valor dos itens estimados para a contratação pretendida excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), não será aplicada a exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

(x) SIM, para o Lote 2, cujo valor estimado é inferior a R\$ 80.000,00, conforme previsto no art. 48, I, da LC 123/2006, art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015 e art. 4º da Lei 14.133/2021.

8.6. Será admitida a participação de consórcios de empresas e a participação de cooperativas, nos termos do art. 16 da Lei 14.133/2021.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO: Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.6. Habilitação jurídica: Os requisitos de habilitação jurídica serão definidas no edital do certame

8.7. Habilitação fiscal, social e trabalhista: Os requisitos de habilitação fiscal, social e trabalhista serão definidas no edital do certame

8.8. Qualificação Econômico-Financeira:

8.8.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.8.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.8.2.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.8.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

8.8.2.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º);

8.8.2.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.8.3. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de até 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.8.4. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.9. Qualificação Técnica:

8.9.1. Atestado de capacidade técnico-operacional:

a) A licitante deverá apresentar, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnico-operacional comprovando capacidade para atender os diversos tipos de serviço: lanches simples e coquetel, compatíveis com as características dos itens constantes do Lote 1.

b) Considera-se compatível com os serviços descritos nos citados itens os seguintes quantitativos mínimos:

Item 1 – lanche simples: Fornecimento para um público igual ou superior de 100 lanches simples;

Item 3 – Coquetel: Fornecimento para um público igual ou superior de 100 coquetéis;

c) Justificativa para a exigência de percentual superior de 50%: O percentual igual a 100% do público máximo que será atendido em um único evento deve-se à peculiaridade do objeto. A Administração necessita certificar-se, de forma extremamente segura, que a contratada possui Know-how (experiência) e estrutura empresarial para atender, de maneira precisa e no tempo exato, as demandas do contrato, na medida de suas grandezas. Uma tentativa de contratação anterior desse objeto demonstrou que essa exigência se torna necessária para a seleção de empresas com o nível de profissionalismo pretendido pela Administração, sob pena de perecer o critério objetivo da proposta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mais vantajosa. Isso porque, a contratação desguarnecida das cautelas necessárias terá como provável desfecho a reiteração da inexecução contratual (vg, Acórdão n. 1.706/2007 – Plenário).

d) Possibilidade de soma dos atestados: A licitante poderá somar os quantitativos de serviços descritos nos atestados de capacidade técnica-operacional desde que os serviços tenham sido prestados no mesmo dia e horário. A ausência dessa comprovação torna ineficaz a exigência justificada na alínea anterior (vg, Acórdão n. 7.982/2017 – Segunda Câmara);

e) A licitante poderá apresentar os atestados provenientes de pessoa jurídica de direito privado e comprovação de que o signatário é representante legal da emitente através de apresentação do contrato social e procuração, se for o caso, a fim de evitar possíveis diligências durante o certame.

8.9.2. Indicação do RESPONSÁVEL TÉCNICO:

a) Indicação e aceitação do Profissional graduado em Nutrição responsável técnico pelas atividades de alimentação e nutrição da objeto;

b) Deve a licitante comprovar a inscrição do responsável técnico no Conselho Regional de Nutricionistas da respectiva jurisdição;

c) A comprovação de vínculo entre o profissional e a empresa licitante poderá ser demonstrada a partir da Certidão de Registro do Profissional ou da Empresa junto ao Conselho de Classe que conste o profissional indicado na licitação como um dos responsáveis técnicos pela licitante, ou por outro meio idôneo.

8.9.3. Nos termos do art. 66 da Lei 14.133/2021, a licitante deverá apresentar os seguintes comprovantes de licença para funcionamento do estabelecimento, expedidos pelos órgãos competentes:

1. Certificado de licença ambiental relacionado aos serviços compatíveis com coffee break, fornecimento e preparação de alimentos, emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Velho-RO - SEMA.

2. Licença e/ou Alvará de funcionamento para produção e comercialização de alimentos relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e compatível com coffee break, emitido pela Secretaria Municipal de Fazenda de Porto Velho-RO - SEMFAZ.

3. Licença Sanitária do estabelecimento emitida pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho-RO ou Departamento/Divisão de Vigilância Sanitária Municipal de PVH - SEMUSA.

4. Licença e/ou certificado de inspeção sanitária do veículo utilizado para o transporte de alimentos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho-RO ou Departamento/Divisão de Vigilância Sanitária Municipal de PVH - SEMUSA.

5. Registro válido de inscrição no Conselho Regional de Nutricionistas em que a licitante tenha sua respectiva sede, em cumprimento ao que preceitua o art. 18 do Decreto Federal 84.444/80.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. **O custo estimado total da contratação é de R\$ 323.024,50** (trezentos e vinte e três mil vinte e quatro reais e cinquenta centavos), estimado para 24 meses de contrato, conforme os custos unitários detalhados e inseridos na Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação (evento1072543).

9.2. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.3. A Administração não se obriga a adquirir todos os itens previstos no objeto deste TR, uma vez que sua execução ocorrerá sob demanda, condicionado a necessidade da administração contratante.

9.4 ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.4.1. Havendo necessidade justificada, poderá haver alteração unilateral pela Administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 124 da Lei 14.133/21.

9.4.2 A contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25%



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/21.

9.5 REAJUSTE CONTRATUAL

9.5.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da apresentação da proposta comercial.

9.5.2 Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, e a fim de garantir o reajuste anual à contratada, que reflita a variação efetiva dos custos de produção ou dos preços dos insumos utilizados, será utilizado o índice oficial do governo federal, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo (IPCA - IBGE: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>)

9.5.3 O interregno mínimo para concessão de reajuste será contado a partir de 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta.

9.5.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, em casos de outras excepcionais prorrogações contratuais, o interregno mínimo de um ano será contado da data de início dos efeitos financeiros do início último reajuste ocorrido.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A fonte orçamentária para o custeio das despesas da contratação está indicada no quadro adiante:

FONTE ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA					
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano		
			exercício corrente dezembro 2023 (R\$)	exercício de 2024 (R\$)	exercício de 2025 (R\$)
Orçamento ordinário	Organização, ornamentação e buffet para eventos em		26.918,71	161.512,25	134.593,54



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	geral				
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Os valores a serem executados anualmente estão sujeitos a alteração, decorrentes do valor da proposta adjudicada e de reajustes conforme previsto neste TR, ademais, somente serão utilizados em caso de necessidade da administração.					Valor total: R\$ 323.024,50

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS

11.1. SANÇÕES: Na ocorrência das infrações administrativas descritas adiante, poderão ser aplicadas as sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021, na forma seguinte:

11.1.2 Advertência: pela cometimento da infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.1.3 Multa não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 da lei 14.133/2021](#):

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

IV - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.1.4 Será aplicada a Multa por qualquer das infrações administrativas:

a) Moratória de 2 % (dois por cento) por atraso injustificado sobre o valor da obrigação inadimplida, considerado o atraso injustificado do prazo de 72h de antecedência para encaminhar o cardápio do evento; e

b) Moratória de 2% (dois por cento) por atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5% (cinco por cento), pelo atraso injustificado da obrigação de montar toda a estrutura e disponibilizar todos os itens de alimentação e apoio com antecedência mínima de 02 (duas) horas do evento;

c) Moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado no cumprimento das demais obrigações inadimplidas;

d) O atraso superior autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

e) Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contato, no caso de inexecução total do objeto.

11.1.5 Impedimento de licitar e contratar: quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

11.1.4 Declaração de inidoneidade: será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.1.3 desta seção e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O procedimento e demais critérios para aplicação das sanções estabelecidas no item 15.1 desta seção observarão as normas gerais da Lei n. 14.133/2021 e, ainda, aquelas estabelecidas em regulamento por este Tribunal.

12. São Anexos do presente TR:

12.1 - ANEXO I - Descrição do objeto, quantidade e modo de fornecimento: serviços, diárias, centenas, unidades ou quilogramas - Lanches simples e light, coffee break, coquetel e itens avulsos de alimentação

**LOTE 1 - SERVIÇO DE LANCHE
SIMPLES, LANCHE LIGHT, COFFEE
BREAK, COQUETEL e ITENS DE
ALIMENTAÇÃO AVULSOS**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Lanche simples	600 serviços
2	Coffee Break	100 serviços
3	Coquetel	350 serviços
4	Lanche light - sem glúten e sem lactose	30 Kg
5	Garçons (garçonetes)	18 diárias
6	Cento de salgados diversos	100 centos
7	Bolos (sabores diversos)	30 Kg
8	Mingau de milho (tipo mugunzá ou canjica)	30 Kg
9	Mingau de banana da terra e tapioca	30 Kg
10	Sucos naturais (sabores diversos a serem especificados pelo Cerimonial do TRE-RO)	200 litros
11	Refrigerantes (sabores diversos)	80 unidades (garrafa pet de 2 litros)
12	Açaí cremoso (com acompanhamentos: granola, leite condensado e frutas picadas)	30 kg
13	Docinhos (Brigadeiro de cupuaçu com suspiro, churros, brulée, limão siciliano, de banana com chips de banana, leite ninho)	5 centos

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14	Mini sanduíches naturais (mini pão francês ou de forma – presunto, queijo alface, tomate, picles, creme de cenoura com ricota)	200 unidades
15	Quiches de recheios diversos (sabor com creme de sabores diversos, kaní com manga, canapés com azeitona preta, canapés com morango, canapés caprésio, carolinas, tarteletes, barquete de bacalhau, alho)	300 unidades
16	Salada de frutas	5 kg
17	Mini cachorro quente	200 unidades
18	Empadão de camarão	2 Kg
19	Salada mix de folhas com tomate cereja, atum, abacaxi, champignon, lascas de parmesão	2 kg

12.1.1 Os itens 6 a 19 dispensam a exigência de pessoal de apoio, bastando a entrega no local informado pelo Cerimonial.

12.1.2 Locação de mobiliário para eventos institucionais

	Grupo 2 - DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Mesa retangular de madeira aglomerada , com revestimento em mdf laminado (cor amadeirado), medindo 1,40m x	3 unidades

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	2,20m (largura x comprimento)	
02	Mesa quadrada de madeira aglomerada, com revestimento em mdf laminado (cor amadeirado), medindo 2,0m x 2,0m (largura x comprimento)	3 unidades
03	Mesa redonda com diâmetro de 1,6m, em revestimento de madeira aglomerada ou mdf laminado	3 unidades
04	Cadeiras tipo tiffany	200 unidades
05	Tapete decorativo medindo 3m x 4m, tipo veludo ou carpete nas cores marfim, cinza ou bege, com base antiderrapante	2 unidades
06	Tapete decorativo medindo 3m x 2,5m, tipo veludo ou carpete nas cores marfim, cinza ou bege, com base antiderrapante	2 unidades

12.1.3 Os móveis colocados à disposição da contratante deverão estar em bom estado de conservação e manutenção (sem arranhões visíveis, estofamento manchado, furado ou rasgado, marcas de ferrugem ou revestimentos desgastados ou qualquer outro defeito que apresente aparência desagradável ou coloque em risco a segurança dos usuários)

12.2 - ANEXO II - Cardápio e Quantidade MÍNIMA a ser fornecida para cada participante

ANEXO II - CARDÁPIO

ITEM 01 – LANCHE SIMPLES	
Tipo de Evento: Treinamentos e Capacitações	
Especificação do CARDÁPIO: (sem prejuízo da análise e definição de cardápios)	Quantidade MÍNIMA a ser fornecida para cada participante



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.	
<ul style="list-style-type: none">• Bolo Simples – com e sem cobertura (ex.: cenoura, ninho, formigueiro, laranja, milho verde, chocolate, tapioca, iogurte, fubá cremoso);	2 fatias por participante
<ul style="list-style-type: none">• Mingau de milho branco com coco (mugunzá) ou de banana com tapioca	100 ml por participante
1.	
<ul style="list-style-type: none">• Salgados assados variados pelo menos 5 tipos distintos selecionados entre: coxinha de frango, esfirra de carne, saltenha, pizza, mini calzone, pastéis, bolinha de queijo, quibe, tortas salgadas, etc.	8 unidades por participante
E <ul style="list-style-type: none">• Sanduíche natural em mini pão de forma (sem casca), ou pão francês, ou pão brioche, ou integral recheado com pasta de peito de frango desfiado, maionese e cenoura ralada, tomate, alface, queijo prato e presunto cozido.	Uma unidade por participante
1.	
<ul style="list-style-type: none">• Um tipo de suco (polpa de	400 ml por



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

caju, maracujá, cupuaçu, etc.)	participante
1. MATERIAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none">Material descartável (copos, garfos, colheres, guardanapos, pratos, etc, observando-se as restrições para atendimento dos critérios de sustentabilidade que constam neste TR)	O necessário
<ul style="list-style-type: none">Garrafas térmicas, suqueiras. suportes para doces e salgados	
<ul style="list-style-type: none">Tampos de mesa e respectivas bases e tolhas de mesa.(01 conjunto para cada 10 pessoas)	
1. PESSOAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none">Pessoal de apoio para arrumar as mesas e dispor os itens.	O necessário
Condições: Conforme Termo de Referência	

ITEM 02 - COFFEE BREAK		
Tipo de Evento: Encontros e palestras		
Especificação do CARDÁPIO (sem prejuízo da análise e definição de cardápios)	Quantidade MÍNIMA	p/ participante



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<ul style="list-style-type: none">• Salgados Especiais - Ao menos dois tipos distintos de mini porções, em cada evento. <p>As opções abaixo são exemplificativas, podendo ser substituídas por itens de valor similar, a critério do contratante, com anuência da contratada</p>		
<ul style="list-style-type: none">• Tirinhas de filé mignon ao molho madeira, de nata ou ao funghi	80 gramas	por participante
<ul style="list-style-type: none">• Penne no azeite, tomate seco e frango defumado, salpicado com manjerição fresco	80 gramas	por participante
<ul style="list-style-type: none">• Lagarto dos Mares, acompanhado de pão sírio	80 gramas	por participante
<ul style="list-style-type: none">• Escondidinho da camarão, carne seca ou bacalhau	80 gramas	por participante
<ul style="list-style-type: none">• Salada de frutas (maçã, mamão, morango, uvas, abacaxi, banana, kiwi, laranja, etc.), ou• Açaí cremoso com acompanhamentos (granola, creme de leite, leite moça, tapioca em flocos)	80 ml	por participante
<ul style="list-style-type: none">• Canjica de milho branco com coco, ou• Mingau de banana da terra com tapioca	80 ml	por participante
<ul style="list-style-type: none">• Duas opções de bolo (de tapioca, de laranja, de chocolate, de macaxeira ou de milho, prestígio, leite ninho, cenoura com recheio de brigadeiro, churros com recheio de	01 fatia	por participante



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

doce de leite, limão siciliano)	
<p>Salgados assados</p> <ul style="list-style-type: none">• Seis tipos distintos de salgados assados selecionados dentre as opções relacionadas a seguir, ou similares, a serem avençadas entre o contratante e a contratada.• Folhado de frango com queijo, folhados de calabresa com manjerição, pastéis de forno, quiches de atum, quiches de creme de milho verde com calabresa, barquetes com salpicão de frango, damascos recheados, saltenha de frango, empadinha de frango com catupiry, mini calzone, croissant de lombo com gorgonzola, massa folhada recheada com camarão cremoso ou frango com catupiry.	04 (quatro) unidades por participante
<p>A contratada deverá servir pelo menos duas opções de suco. As opções abaixo são exemplificativas, podendo ser substituídas a critério do contratante, com anuência da contratada</p> <ul style="list-style-type: none">• Acerola, abacaxi com hortelã, cupuaçu com morango, tamarino, maracujá com maçã e gengibre, etc.• Refrigerante dois litros (coca-cola e guaraná	400. por participante



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

MATERIAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none"> • Copos de vidro para água e refrigerante 	O necessário
<ul style="list-style-type: none"> • Recipientes de porcelana branca, apropriados para servir as mini porções de escondidinho 	
<ul style="list-style-type: none"> • Talheres e utensílios de servir em aço inox e madeira 	
<ul style="list-style-type: none"> • Material descartável (copos, garfos, colheres, guardanapos, etc.) 	
<ul style="list-style-type: none"> • Jarras de vidro 	
<ul style="list-style-type: none"> • Garrafas térmicas 	
<ul style="list-style-type: none"> • Bandejas e travessas de matérias diversos (vidro, porcelana, madeira, etc.) para dispor os alimentos à mesa 	
<ul style="list-style-type: none"> • Tampos de mesa e respectivas bases 	
<ul style="list-style-type: none"> • Toalhas e cobre manchas 	
PESSOAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none"> • Pessoal de apoio para arrumar as mesas, dispor e repor os itens. 	O necessário
Condições: Conforme item 2.3 deste Termo de Referência	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ITEM 03 - COQUETEL

Tipo de evento:

- Cerimônias de Posse de Membros da Corte
- Encontro de Corregedores
- Solenidade de outorga de medalha do mérito eleitoral

Especificação do CARDÁPIO:
sem prejuízo da análise e definição de cardápios

Quantidade
MÍNIMA
p/participante

Cinco tipos distintos de doce, em cada evento.

As opções abaixo poderão, em algumas ocasiões, ser substituídas por itens de valor similar, a critério do contratante, com anuência da contratada.

- Tacinha de leite condensado com damasco
- Olho de sogra
- Camafeu de nozes
- Mini tortinhas recheadas com cupuaçu e castanha do Pará
- Brigadeiros: Cupuaçu com suspiro, churros, brulê, limão siciliano, nozes, coco ralado com damasco, amêndoas, de banana com chips de banana, leite ninho

05 unidades por participante

- Mini Pavlova, com cobertura de frutas vermelhas
- Cheesecake de frutas vermelhas, ou de maçã ou frutas amarelas

01 unidade por participante

Mini Porções: Ao menos três tipos distintos de mini porções, em cada evento.

As opções abaixo poderão, em algumas ocasiões, ser substituídas por itens de valor similar, a critério do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratante, com anuência da contratada.	
<ul style="list-style-type: none">• Escondidinho de sabores diversos como: carne de sol, camarão ou de bacalhau• Salada de bacalhau• Casquinha de caranguejo• Cuscuz marroquino• Mini Penne ao pesto com tomate seco, azeitonas pretas alcaparras e lascas de parmesão• Arroz de pato• Tortinha de bacalhau ou camarão, com catupiry	Uma mini porção de cada tipo, por participante
<ul style="list-style-type: none">• Canapés finos na massa folhada - 04 (quatro) unidades por participante	
<ul style="list-style-type: none">• Quiches com creme de sabores diversos, kaní com manga, canapés com azeitona preta, canapés com morango, canapés caprésio, carolinas, tarteletes, barquete de bacalhau, etc.	
<ul style="list-style-type: none">• Tábua de frios (queijos variados, frutas secas e frescas, salame, presunto, patês variados)	
Sucos: Ao menos dois sabores em cada evento - 300 ml por participante	
<ul style="list-style-type: none">• Abacaxi com hortelã, cupuaçu com morango, cajá, maracujá com maçã e gengibre, etc.	
<ul style="list-style-type: none">• Refrigerante dois litros (coca-cola e guaraná)	
<ul style="list-style-type: none">• Água Mineral	
<ul style="list-style-type: none">• Água mineral com gás	200 ml por participante
<ul style="list-style-type: none">• Água Aromatizada - Água mineral com gás	200 ml por



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aromatizada com frutas (uva, morango e kiwi), ervas e especiarias.	participante
MATERIAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none">• Copos e taças de vidro para água, refrigerante e os coquetéis• Vasilhinhas de porcelana para servir os escondidinhos e as mini porções• Bandejas, travessas e doceiras duplas em vidro, porcelana, madeira, fibras naturais, etc., em formatos e alturas diversas, para disposição dos alimentos na mesa• Baldes/bacias de inox ou vidro para dispor bebidas no gelo• Jarras de vidro• Pratinhos de porcelana branca• Talheres e utensílios de servir em ações inox e madeira• Material descartável (guardanapos, copos, etc.)• Tapos de mesa e respectivas bases.• Toalhas e cobre manchas	O necessário
PESSOAL DE APOIO:	
<ul style="list-style-type: none">• Pessoal de apoio para montagem, organização e reposição dos itens dispostos nas mesas	O necessário
Condições: Conforme item 2.3 deste Termo de Referência	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LANCHE LIGHT– SEM GLUTEN E SEM LACTOSE	
Tipo de Evento: Treinamentos e outros eventos institucionais, sem prejuízo da análise e definição de cardápios.	
1.	Quantidade Estimada
• Bolo de chocolate	2 kg
• Bolo de limão	2 kg
• Bolo de maçã, nozes e especiarias	3 kg
• Bolo integral de banana com nozes e especiarias	2 kg
• Bolo de fubá com goiabada derretida	3 Kg
• Mini Pavlova light	2 kg
• Docinhos light	3 kg
• Nhoque de batata doce à bolonhesa	3 Kg
• Torta de palmito	2 Kg
• Pão gelado de frango ou atum	3 Kg
• Empadão de camarão	2 Kg
• Saladas mix de folhas com tomate cereja, atum, abacaxi, champignons, lascas de parmesão	2 kg
Total	30 Kg



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ITEM 05 – GARÇONS (garçonetes)	
Tipo de Evento: A critério da contratada	Quantidade Estimada
Especificação: Disponibilização de garçom para atender serviços quando solicitado pela contratada.	18 diárias

12.3 ANEXO III - VISTORIA NAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA LICITANTE - DECLARAÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA PRÓPRIA DE COZINHA COMPATÍVEL COM O CUMPRIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Em cumprimento à exigência contida no Termo de Referência, a contratada, CNPJ n., **DECLARA** expressamente que possui estrutura física própria de cozinha compatível com o cumprimento do objeto do certame e atende todos os quesitos listados no quadro abaixo:

Item	QUESITO	SIM	NÃO
11	A área de armazenamento e preparo dos alimentos é limpa e organizada, livre de focos de insalubridade, ausência de lixo, objetos em desuso, animais, insetos, roedores, possuindo a acesso direto e independente, não comum a outros usos (habitação).		
22	Na área de armazenamento e preparo dos alimentos a parede, o piso e o teto possuem revestimento liso, impermeável e lavável e estão conservados, sem rachaduras, goteiras, infiltrações, mofo e descascamentos.		



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

23	A área de armazenamento e preparo dos alimentos possui aberturas externas (janelas e sistema de exaustão, inclusive) providas de telas milimetradas removíveis de proteção que impeçam a entrada e o abrigo de insetos e outros animais.		
44	A área de preparo dos alimentos possui separação de ambientes de cozinha quente, de cozinha fria, de açougue, de confeitaria, de higienização de utensílios e de guarda de produtos e bebidas.		
55	Os produtos utilizados no preparo dos alimentos estão devidamente armazenados		
66	Os equipamentos (fogões, fornos, liquidificadores, moedores, processadores, mixers, fatiadores, batedeiras, descascadores, cilindros, modeladoras e outros) e os utensílios (talheres, cutelos, garfos especiais, caldeirões, panelas de pressão especiais, grills, ferveadores, caçarolas, passadores de arroz, molheiras, omeleteiras, diversas formas e assadeiras, tigelas, torteiras, tábuas, suportes, secadores de saladas, pegadores e outros) estão em bom estado de conservação e limpos.		
77	A área de preparo dos alimentos possui lixeiras com tampa e pedal.		
88	A área de armazenamento e preparo dos alimentos possui lavatórios exclusivos para a higiene das mãos, com posições		



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	estratégicas em relação ao fluxo de preparo dos alimentos e com número suficiente de modo a atender toda a área de preparação.		
99	Há produtos de limpeza guardados junto com os alimentos.		
110	A área de armazenamento e preparo dos alimentos comunica-se diretamente com os banheiros e vestiários.		
111	A área de armazenamento e preparo dos alimentos possui portas dotadas de fechamento automático.		
112	As pessoas envolvidas no preparo do alimento estão sem barba, brincos, pulseiras, anéis, aliança, colares, relógio e maquiagem e com unhas curtas e sem esmalte e com os cabelos presos e cobertos com redes ou toucas e com uniforme devidamente limpo.		
13	Há vasilhames adequados para o armazenamento dos alimentos preparados e que serão transportados.		
14	O veículo utilizado no transporte tem cobertura para proteção dos vasilhames e, principalmente, está limpo.		



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

UNIDADE DEMANDANTE

Áurea Cristina Saldanha Oliveira Aragão

Presidente da Comissão de Cerimonial

Rudma Rosa Oliveira Costa

Vice-Presidente da Comissão de Cerimonial



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Membro da Comissão**, em 12/11/2023, às 13:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1084121** e o código CRC **A1543B00**.

0001795-76.2023.6.22.8000

1084121v8



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001795-76.2023.6.22.8000.

INTERESSADO: Comissão de Cerimonial.

ASSUNTO: Pregão Eletrônico – Contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação e locação de mobiliário para atender demandas de eventos institucionais - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 251 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Presidente da Comissão de Cerimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação e locação de mobiliário para atender demandas oriundas de eventos institucionais, consoante Termo de Abertura ([1062327](#)) e Documento de Oficialização de Demanda ([1026770](#)). Registra-se que o pedido da contratação foi elaborado pelas regras do regime jurídico da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicável a este Tribunal pela regulamentação da **Instrução Normativa TRE-RO nº 4, de 28/03/2023**, publicada no DJE TRE-RO nº 58, de 29/03/2023, de observância obrigatória neste Órgão - salvo justificativa - para os processos instaurados a partir de 11/04/2023 ([0996806](#)).

02. Pelo despacho juntado no evento [1027003](#), o Secretário da SAOFC:

I - Considerou, conforme justificativas apontadas no DFD produzido pela unidade, que a contratação **não** exigirá a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação (EPC);

II - Retornou o processo à **Comissão de Cerimonial** para elaboração dos documentos obrigatórios da fase de planejamento da contratação: Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Riscos, Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC e Termo de Referência/Projeto Básico;

I - Em face das informações adicionais do DFD, acerca da necessidade de instituição da Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato, prevista no art. 4º, inciso VII da IN 04/2023, determinou o preenchimento do formulário de Indicação e Ciência da Equipe, Anexo VII da IN 04/2023, conforme disposto no art. 22 dessa norma.

03. Para cumprimento do referido despacho da SAOFC e instrução do feito, foram juntados os seguintes documentos ao processo:

I - Estudo Técnico Preliminar nº 1/23 - CERIMONIAL ([1062346](#)), que aponta a solução de procedimento licitatória, critério do **menor preço por lote**, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global para a contratação dos serviços para o atendimento das demandas: alimentação para consumo imediato tipo: *coffee break*, coquetel, lanche *light* e locação *de* mobiliário;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Informação conclusiva do valor estimado da contratação direta - ICVEC, no valor de R\$ 323.024,50 (trezentos e vinte e três mil vinte e quatro reais e cinquenta centavos), evento [1072543](#), instruída por pesquisas de preços juntadas no volume I do processo;

III - Indicação e ciência da equipe gestão e fiscalização ([1078173](#));

IV - Mapa de Gestão de Riscos para as fases de planejamento, seleção do fornecedor e gestão e fiscalização do contrato ([1078183](#));

V - Versão final do Termo de Referência nº 6/23 - CERIMONIAL ([1080356](#)) - **reelaborado** após as diligências solicitadas pela ASLIC ([1079948](#)) e ajustes promovidas pela própria unidade demandante, com a regras aplicáveis à seleção do fornecedor e à contratação pretendida;

Verifica-se que SAC registrou a regularidade do Termo de Referência e demais documentos da fase de planejamento, nos seguinte termos ([1080383](#)):

1- Trata-se de análise complementar do TERMO DE REFERÊNCIA (TR) – SERVIÇOS SEM DEMO Nº 6/2023 - PRES/DG/CERIMONIAL, evento ([1080356](#)), que instrue a fase de planejamento do processo licitatório nº [0001795-76.2023.6.22.8000](#), nos termos do Capítulo II, Seção I, da Lei Federal 14.133/21 e dos arts. 2º e 4º da IN 04/2023/TRE-RO, e tem como objeto a prestação de serviços de bens de uso comum, alimentação, consistente em coffee break, coquetel, lanche light e itens de alimentação para suprir necessidade de eventos institucionais como: solenidades, seminários, palestras, conferências e outros eventos correlatos, conforme especificações constantes no Termo de Referência (TR); e mobiliário (locação) para atendimento às solenidades de posse e outras sessões solenes do tribunal.

2- Os demais documentos que instruem a fase de planejamento não foram modificados e foram verificados na ANÁLISE DE TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO Nº 237/2023, evento [1078903](#), assim o escopo da Análise limita-se ao Termo de Referência juntado posteriormente.

3- A SAC realizou a análise complementar do TERMO DE REFERÊNCIA (TR) – SERVIÇOS SEM DEMO Nº 5/2023 - PRES/DG/CERIMONIAL, evento ([1080057](#)), contudo, a Unidade Demandante verificou a necessidade de realizar novos ajustes.

4- Dessa forma, tomando por base o disposto no art. 18, da Lei n. 14.133/21 e os artigos do Capítulo II - Planejamento, da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2023, bem como nos termos do item II do art. 70-A da Resolução TRE/RO n. 06/2015, alterada pela Resolução TRE/RO n. 11/2022, passa-se à análise dos ajustes, a saber:

(...)

3- Após a análise formal, verifica-se que o TERMO DE REFERÊNCIA (TR) – SERVIÇOS SEM DEMO Nº 6/2023 - PRES/DG/CERIMONIAL, evento ([1080356](#)), encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso XLI, da Lei 14.133/2021, podendo a contratação de seu objeto



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*ser processada por licitação, na modalidade **pregão eletrônico**, do tipo **menor preço por grupo (lote)**, a ser analisada pela Assessoria Jurídica da SAOFC, nos termos do art. 41, inciso V, da IN n. 004/2023-TRE-RO.*

VI - Minuta do contrato que se pretende celebrar, elaborado pela SECONT e trazido ao processo no evento [1080145](#).

04. Após autorização de ajuste no planejamento orçamentário de 2023 ([1080948](#)), o Coordenador da COFC registrou que a despesa está prevista no planejamento orçamentário do exercício ([1081055](#)); assim, veio ao processo a programação orçamentária da despesa no exercício de 2023, juntada no evento [1081095](#), oportunidade em que a SPOF registrou que: *"Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro."*

05. Por fim, veio ao processo a minuta do edital do pregão eletrônico elaborado pela ASLIC, evento **XXXX**.

É o necessário relato.

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

06. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (SEI 0001795-76.2023.6.22.8000) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

07. Por sua vez, no regime jurídico da **Lei nº 14.133/2021**, encontram-se as seguintes regras no tocante à atuação da Assessoria Jurídica nos processos de contratação:

***Art. 53.** Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará **controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação**. (sem destaques no original)*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no [art. 54](#).

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

§ 5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

08. Assim, tratando-se de controle de legalidade, o presente parecer restringir-se-á aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos que instruem a fase de planejamento da contratação, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. Até porque, na forma do **art. 169 da Lei nº 14.133/2021**, as unidades de assessoramento jurídico, ao lado do controle interno do órgão, integram a segunda linha de defesa na busca de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – ANÁLISE JURÍDICA

3.1 Da verificação do cumprimento dos requisitos legais da fase preparatória da contratação

09. De acordo com o **art. 18 da Lei nº 14.133/2021**, a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo **planejamento** e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual**, também



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

disciplinado por essa norma, devendo abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação por meio de diversos instrumentos listados nesse dispositivo, veja-se:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o [inciso VII do caput do art. 12 desta Lei](#), sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

*I - a descrição da necessidade da contratação **fundamentada em estudo técnico preliminar** que caracterize o interesse público envolvido;*

*II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, **por meio de termo de referência**, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;*

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o [art. 24 desta Lei](#). (sem destaques no original)

10. Como forma de regulamentar o referido comando legal, no âmbito deste Tribunal foi editada a **Instrução Normativa TRE-RO nº 4, de 28/03/2023**, que disciplina as regras e procedimentos para as contratações mediante as modalidades licitatórias disciplinadas pelo regime jurídico da Lei n. 14.133/2021, inclusive por meio do sistema de registro de preços, atualmente tratadas pelo **Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023**. Quanto à fase interna do planejamento, em harmonia com a nova lei de licitações e contratos, **doravante, NLLC**, o referido normativo dispõe:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CAPÍTULO II

PLANEJAMENTO

Art. 4º A fase preparatória do processo licitatório, caracterizada pelo planejamento, deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do art. 12 da Lei n. 14.133/2021, sempre que elaborado, com as leis orçamentárias e será composto pelos seguintes documentos, quando não dispensados parcialmente na forma regulada por esta instrução normativa:

I - Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;

II - Formulário de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação;

III - Estudo Técnico Preliminar;

IV - Mapa de Riscos;

V - estimativa da despesa, a ser apurada por meio de pesquisa de preços e registrada na Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação (ICVEC);

VI - Termo de Referência ou Projeto Básico;

VII - Indicação e Ciência de Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato.

§ 1º O planejamento das contratações compete às unidades demandantes e, quando houver designação, às equipes de planejamento das contratações, às quais incumbe a elaboração dos documentos indicados no caput.

§ 2º A elaboração dos documentos previstos nos incisos I, III, IV, V e VI do caput é obrigatória para todas as contratações disciplinadas por esta instrução normativa.

§ 3º A elaboração dos documentos previstos nos incisos II e VII do caput é facultativa, podendo o titular da unidade demandante se manifestar pela desnecessidade de sua adoção, registrada obrigatoriamente no Documento de Formalização da Demanda (DFD), por meio de justificativa que considerem os aspectos, tais como, a pequena complexidade da contratação, a singeleza das obrigações, a entrega imediata do bem, baixos riscos a serem geridos nas fases de planejamento, seleção do fornecedor e da gestão e fiscalização do contrato, o que pode ser verificado também a partir da experiência da Administração em contratações anteriores.

3º O planejamento da contratação poderá, a critério da unidade demandante ou da equipe designada, conter outros documentos considerados necessários à instrução processual.

§ 4º O gestor da unidade demandante deverá, como condição para o encaminhamento do processo à SAOFC, manifestar expressa concordância com os termos da contratação proposta.

11. Como visto pelos dispositivos acima que estabelecem os documentos da fase de planejamento das contratações, cuja análise será realizada de forma individual neste parecer:

I - Poderão ser dispensados de forma justificada:

- a) a equipe de planejamento da contratação;
- b) a equipe de gestão e fiscalização de contrato.

II - Por sua vez, são obrigatórios a todas elas:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) documento de formalização da demanda/solicitação de contratação;

b) estudo técnico preliminar;

c) mapa de gestão de riscos;

d) estimativa da despesa, de acordo com modelo padrão adotado no TRE-RO, intitulado "Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação" - ICVEC;

e) Termo de Referência ou Projeto Básico.

12. Nessa linha, na sua função de controle de legalidade, esta unidade passará a analisar os elementos de cada um dos documentos produzidos, destacando, mais uma vez, que restringirá sua atividade aos aspectos jurídicos dos elementos constantes nos referidos documentos que instruem a fase de planejamento da contratação pretendida pela unidade demandante.

3.1.1 Da análise dos elementos do Documento de Formalização da Demanda - DFD:

13. O Documento de Formalização da Demanda está disciplinado pelo art. 5º da IN TRE-RO nº 4/2023, que o padroniza na forma de seu anexo I, documento utilizado pela SET para o registro de sua demanda ([1062328](#)). Verifica-se que todos os elementos exigidos pelo referido regulamento foram informados pela unidade demandante. Destacam-se os seguintes aspectos:

I - a contratação está prevista no Plano de Contratações Anual - PCA;

II - nas informações adicionais a unidade:

a) afastou a possibilidade de processar a contratação por meio de **sistema de registro de preços**, de acordo com o art. 33, II da IN TRE-RO n. 4/2023;

b) entendeu desnecessária a designação de equipe de planejamento da contratação, com a devida **justificativa**: Trata-se, de fato, de documento facultativo da fase interna da contratação. A unidade considerou que seu objeto não possui alta complexidade, trata-se de prestação de serviço de fornecimento de bem de consumo de entrega imediata e, ainda, a experiência de outras contratações.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) registrou a necessidade de designação de equipe de planejamento da contratação, **motivo pelo qual veio ao processo a indicação e ciência de seus membros** ([1078173](#)).

14. Assim, verifica-se que a Equipe de Cerimonial se orientou pelas condições listadas no **§ 3º do art. 4º da IN TRE-RO nº 4/2023**. Nesses termos, conclui-se pela adequação legal do Documento de Oficialização da Demanda ([1062328](#)) ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 4/2023.

3.1.2 Da análise dos elementos do Estudo Técnico Preliminar:

15. O Estudo Técnico Preliminar está disciplinado pelo **art. 8º da IN TRE-RO nº 4/2023**, que o padroniza na forma de seu anexo III, documento utilizado pela Comissão de Cerimonial para - na redação da referida norma - caracterizar (...) *o interesse público envolvido e a sua melhor solução* (...) dando assim fundamento para o termo de referência a ser elaborado. O documento foi juntado no evento [1062346](#).

Nesta análise será checado se a unidade preencheu as informações mínimas exigidas nos diversos capítulos do documento e somente destacados pontos considerados relevantes à elaboração do TR da contratação:

I - a descrição do objeto a ser contratado para o atendimento da demanda - Capítulo 2;

A unidade demandante registrou que o objeto é de **qualidade comum**, de acordo com o art. 3º da Instrução Normativa TRE-RO nº 4/2023. Também justificou a adoção do **critério de julgamento de menor preço por grupo de itens** pela inviabilidade da adjudicação por item em função da natureza do objeto.

II - a descrição da necessidade da Contratação - Capítulo 3;

De acordo com a unidade demandante, a demanda deriva do atendimento a eventos institucionais promovidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, direta e concretamente vinculados aos seus objetivos institucionais, respeitando-se os princípios da razoabilidade, moralidade e economicidade.

Análise da AJSAOFC: De acordo com a jurisprudência do TCU: (...) "gastos com lanches ou coffee breaks oferecidos durante



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

eventos, seminários ou reuniões realizados no âmbito de um órgão ou entidade, por vezes, são justificáveis, pois relacionados às atividades do órgão." Acórdão nº 1730/2010-Plenário, TC-000.303/2010-5, rel. Min. Benjamin Zymler, 21.07.2010.

III - o alinhamento com o planejamento estratégico do Tribunal - Capítulo 4;

IV - a previsão no plano de contratações anual: Capítulo 5;

V - informações sobre contratações: Capítulo 6;

A unidade demandante informou que **há contrato vigente** no PSEI [0002270-66.2022.6.22.8000](#). Contudo, verifica-se que o referido vínculo terá seu **termo final em 02/12/2023** ([0948668](#)). Registrou, ainda que não haverá necessidade de contratação de terceiros (empresa ou pessoa física) para auxiliar a fiscalização do contrato (possibilidade prevista pelo art. 117, § 44º da Lei nº 14.133/2021).

VI - os requisitos da Contratação - Capítulo 7;

Destacam-se os seguintes registros da EPC:

a) como requisito do negócio: A contratação visa atender demanda da administração para realização de eventos institucionais;

b) como requisito legais:

i. regime de concorrência ampla, **com exclusão na participação exclusiva de ME/EPP** em função do valor estimado dos serviços distribuídos em **dois lotes**, os quais foram justificados pela inviabilidade da adjudicação por item em função da natureza do objeto.

Análise da AJSAOFC:

Embora o ETP tenha previsto a ampla concorrência para os dois lotes, verifica-se que a última versão do TR nº 06/23 ([1080356](#)) corrigiu essa falha, haja vista que posto que, de acordo com os valores do ICVEC ([1072543](#)), esse procedimento somente será aplicado ao Lote 1, com valor estimado de **R\$ 295.678,50** (duzentos e noventa e cinco mil seiscentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos).

Como o valor do Lote 2 foi estimado em **R\$ 27.346,00** (vinte e sete mil trezentos e quarenta e seis reais), deverá ele ser destinado exclusivamente às ME/EPPs em cumprimento ao art. 48, I, da LC 123/2006 e art. 6º do Decreto Federal nº 8.538/2015.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ii. **afastamento da participação de cooperativas:** Nota-se que o item 8.6 do TR excluiu tal vedação, até porque a unidade não havia apresentado justificativas para o ato.

iii. **participação de pessoas físicas:** a unidade entende possível, desde que a pessoa física comprove os requisitos de participação e habilitação exigidos no edital do certame.

c) **como requisito de garantia e manutenção:** não aplicável.

d) **como requisitos temporais:** Registra que há contrato vigente (Contrato Administrativo nº 33/2022 [0948668](#)); contudo, para não haver solução de continuidade dos serviços contratados, a vigência inicial do contrato será imediatamente após encerramento do atual, **este com termo final em 02/12/2023.**

Dada a natureza contínua, permanente e reiterada do uso dos serviços, a unidade demandante previu a vigência do contrato em **24 meses a contar da data de assinatura**, podendo ser prorrogado nos termos da Lei.

Sobre o tema o **art. 106 da NLLC**, estabelece:

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

§ 1º A extinção mencionada no inciso III do caput deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

§ 2º (...)

Para demonstrar a maior vantajosidade econômica da contratação plurianual, a Equipe de Cerimonial apresentou as seguintes justificativas:

I - Experiências anteriores com contratos de vigência de 12 meses, demonstrou que esse limite temporal é prejudicial à Administração em função de que, anualmente é utilizado recursos humanos para instrução processual, gerando custos e sobrecarrega aos agentes envolvidos nos procedimentos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Aliado a isso, não é vantajoso, em razão da complexidade para a seleção do fornecedor, visto que são exigidos o cumprimento e a comprovação técnica de diversos requisitos criteriosos para a execução do objeto, incluindo o emprego de profissionais técnicos e capacitados, a exemplo do nutricionista, e a comprovação de instalações apropriadas, como cozinha industrial dentro dos protocolos sanitários indispensáveis à habilitação, conforme visita técnica e de degustações;

III - O prazo de vigência mais ampliado pode gerar maior participação de licitantes, visto que propicia às possíveis interessadas um prazo maior para diluição de custos inerentes aos serviços prestados e os decorrentes de investimentos financeiros em bens permanentes e em profissionais capacitados.

Análise da AJSAOFC: Sem adentrar no mérito das justificativas alinhavadas pelo Cerimonial, entende-se que há demonstração da vantajosidade econômica da medida proposta.

e) como requisitos de sustentabilidade: Como critério de sustentabilidade que contratada observe a **Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52/2014**, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais e municipais, e demais instrumentos normativos aplicáveis”.

Está sendo exigido, ainda, como condições de habilitação, as seguintes comprovações:

I - Alvará Sanitário do local onde são reparados os alimentos;

II - Alvará Sanitário do veículo utilizado para o transporte de alimentos;

III - Licença Ambiental.

Análise da AJSAOFC: Considerando que o TR da contratação ([1080356](#)) inova em relação às regras do ETP, a análise das exigências será realizado no âmbito daquele documento.

f) como requisitos técnicos: A unidade descreve, de forma detalhada, o modo de execução dos serviços;

g) como requisitos da metodologia de trabalho e implantação da solução: Os serviços serão prestados na cidade Porto Velho/RO;

h) como requisitos da capacitação e experiência profissional da equipe:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

i. A licitante deverá comprovar que dispõe de profissionais habilitados à prestação dos serviços, nutricionista, devidamente registrado no CRN;

ii. apresentar, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnico-operacional comprovando capacidade par ao fornecimento, compatíveis com as características dos itens constantes do objeto.

Justificativa do Cerimonial: Segundo afirma, o *Nutricionista* é um profissional da área da saúde que estuda os alimentos e o efeito que eles produzem em nosso organismo. O profissional atuará com foco na nutrição coletiva do grupo de indivíduos que consumirá o cardápio a ser servido, acompanhando o processo de preparo das refeições e orientando a manipulação correta dos alimentos.

Análise da AJSAOFC: As condições de habilitação serão analisadas no âmbito do TR.

VIII - levantamento de mercado, consultas e estudos realizados, com a descrição das possíveis soluções para o atendimento da demanda - Capítulo 8;

A Equipe de Cerimonial registrou:

i. Consulta a fornecedores: Foram expedidos e-mail a fornecedores locais conforme constam dos eventos [1070217](#), [1070219](#), [1070220](#), [1070228](#);

ii. Consulta a contratações de outros órgãos: Os critérios exigidos e o levantamento de mercado foi realizado pelos parâmetros da contratação vigente do TRE-RO;

iii. Consulta Painel de Preços ou Banco de preços: Não encontrado o objeto semelhante à solução escolhida;

iv. Estudos técnicos: Não encontrado o objeto semelhante à solução escolhida.

Foi apontado o custo estimado da solução escolhida: **R\$ 323.024,50** (trezentos e vinte e três mil vinte e quatro reais e cinquenta centavos), conforme ICVEC ([1072543](#)).

IX - a descrição completa da solução escolhida - Capítulo 9;

A EPC trouxe a descrição detalhada da solução.

X - a justificativa das quantidades - Capítulo 10;

Foram obtidas a partir do histórico de consumo do órgão.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XI - a justificativa para o não parcelamento da contratação - Capítulo 11;

XII - a estimativa do valor da contratação - Capítulo 12;

Foi apontado o custo estimado da solução escolhida: **R\$ 323.024,50** (trezentos e vinte e três mil vinte e quatro reais e cinquenta centavos), conforme ICVEC ([1072543](#)).

XIII - o demonstrativo dos resultados pretendidos - Capítulo 13;

Ganho de produtividade, redução de esforços, redução de custos, entre outros.

XIV - caracterização de serviços ou fornecimentos contínuos - Capítulo XIV:

Justificativa: Trata-se de prestação de serviços não eventual, que o tribunal necessita com frequência para suprir demanda oriunda de eventos institucionais tais como seminários, palestras, sessões solenes de posse de membro da Corte, Encontros de Juízes, Chefes de Cartórios, Avaliação de Eleições, e outros promovidos pelo TRE-RO.

XV - as providências preliminares à celebração do contrato - Capítulo 15: não aplicável;

XVI - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras - Capítulo 16;

A Equipe de Cerimonial aponta que a contratação está alinhada com o Plano de Logística Sustentável e que serviços de alimentação deverão cumprir a Resolução RDC ANVISA n. 216/04, que estabelece boas Práticas para serviços de alimentação, alterada pela RDC Anvisa nº 52, de 29 de setembro de 2014.

16. Verifica-se que a Equipe de Cerimonial deste Tribunal cuidou de inserir no ETP os elementos tidos como essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade. Nesses termos, conclui-se pela adequação legal do ETP n. 1/2023-CERIMONIAL ([1062346](#)) ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 4/2023, podendo ser aprovado pela autoridade administrativa.

3.1.3 Da análise dos elementos Mapa de Gestão de Riscos (MGR):



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17. O Mapa de Gestão de Riscos está disciplinado pelo **art. 9º da IN TRE-RO nº 4/2023**, que o padroniza na forma de seu anexo IV, documento utilizado pela equipe de Cerimonial, como na redação da referida norma, para a (...) *identificação dos principais riscos que permeiam a contratação e as ações para controle, prevenção e mitigação dos impactos*(...). O documento foi juntado no evento [1078183](#). O referido normativo regional aponta o modelo adotado neste Tribunal e lista seus elementos, vejamos-se:

Art. 9º O Mapa de Gestão de Riscos (MGR), é o documento elaborado para identificação dos principais riscos que permeiam a contratação e as ações para controle, prevenção e mitigação dos impactos.

§ 1º O Mapa de Gestão de Riscos será elaborado conforme o modelo do Anexo IV desta norma, de acordo com as orientações do Manual de Gestão de Riscos do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e do Manual Operacional de Gestão de Riscos (MICROPROCESSO DE CONTRATAÇÃO), divulgados pela Portaria DG/TRE-RO n. 146, de 09 de agosto de 2021, e deverá conter:

I - identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade das fases de planejamento da contratação, seleção do fornecedor e gestão contratual ou que impeçam o alcance dos resultados esperados com a contratação, com a avaliação dos riscos identificados, mensurando a probabilidade de ocorrência e o impacto resultante de cada risco;

II - tratamento dos riscos por meio da definição de ações preventivas e de contingência para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências;

III - definição dos responsáveis pelas ações preventivas e de contingência. (sem destaques no original)

18. Verifica-se que a Equipe de Cerimonial listou eventos de riscos para as três fases da contratação: planejamento, seleção do fornecedor e gestão e fiscalização do contrato. Em todas apresentou quadros com as ações para o tratamento e acompanhamento dos riscos. Nesses termos, conclui-se pela adequação legal do MGR elaborado pela unidade demandante ([1078183](#)) ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 4/2023, podendo ser aprovado pela autoridade administrativa.

3.1.4 Da análise dos elementos da ICVEC - Estimativa do valor da contratação:

19. Anteriormente prevista somente em normas infra legais e exigidas com rigor pelos órgãos de controle, o balizamento para a definição do valor previamente estimado da contratação, compatível com



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aqueles praticados pelo mercado, ganhou regramento expresso no regime da NLLC. Veja-se:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

§ 3º Nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, desde que não envolvam recursos da União, o valor previamente estimado da contratação, a que se refere o caput deste artigo, poderá ser definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo.

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

§ 5º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, o valor estimado da contratação será calculado nos termos do § 2º deste artigo, acrescido ou não de parcela referente à remuneração do risco, e, sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético, balizado em sistema de custo definido no inciso I do § 2º deste artigo, devendo a utilização de metodologia expedita ou paramétrica e de avaliação aproximada baseada em outras contratações similares ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto.

§ 6º Na hipótese do § 5º deste artigo, será exigido dos licitantes ou contratados, no orçamento que compuser suas respectivas propostas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento do orçamento sintético referido no mencionado parágrafo. (sem destaques no original)

20. Neste Tribunal as regras da estimativa da despesa estão disciplinadas pelos **arts. 10 a 17 da IN TRE-RO nº 4/2023**, que utiliza, por meio de seu Anexo V, documento padronizado, denominado de **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO - ICVEC**, elaborado em harmonia com o disposto no **art. 23 da Lei nº 14.133/2021**, atualmente regulamentado pela **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021**.

21. No caso em análise o referido documento foi juntado ao processo no evento [1072543](#) e demonstra que o preço foi estimado pela pesquisa direta com fornecedores, como também pelo valor atualmente contratado pelo TRE-RO (atualizado até a data da estimativa pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo IBGE). Nesse documento a Equipe do Cerimonial justifica alguns aspectos considerados na pesquisa direta e as dificuldades de obtenção de referenciais no banco de preços. Veja-se:

2. A cotação de preços priorizou os parâmetros definidos nos incisos I e II do item 1 anterior?

() Sim

(x) Não (JUSTIFICAR): **Em razão da peculiaridade do objeto e de suas especificidades, com fornecimento sob demanda, a quantidade de serviços de lanches simples, cooffee break, coqueteis, lanches light e petit four foram dimensionadas de acordo com o número estimativo de participantes de acordo com os eventos institucionais previstos para ocorrerem no período de novembro/2023 a novembro/2024, não sendo localizados no Sistema Banco de Preços (preços praticados pela administração pública) objetos semelhantes para parâmetros de preços em Rondônia.**

(...)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. INSERIR no ANEXO I desta Informação o QUADRO com os preços obtidos e as fontes pesquisadas, linkadas com o número dos eventos no SEI.

(x) Não há grande variação entre os preços obtidos em relação aos preços praticados no mercado. Cabe registrar que, ao comparar os preços pesquisados com o valor contratado pelo TRE-RO, Contrato n. 33/2022, vigente até o dia 02/12/2023, atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - dos últimos 12 meses - apontamos sutil redução da estimativa dos custos, visto serem preços apresentados no PREGÃO ELETRÔNICO N. 44/2022/TRE-RO, em 09/11/2022 (0935819). À vista da redução obtida, os preços atualizados do contrato ora vigente serão utilizados para a composição da média aritmética, com o objetivo de que as propostas a serem aceitas na próxima licitação não tenham seus valores excessivamente altos, tornando mais caro o valor dos itens do contrato e, conseqüentemente, impedindo a execução dos serviços por falta de recursos para empenho e pagamento.

d) A estimativa decorre da média, mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços e o cálculo incidirá sobre um conjunto de três ou mais preços?

(x) Sim. Os preços estimados foram obtidos a partir da média aritmética dos orçamentos apresentados por três empresas do ramo + o valor praticado pelo TRE-RO (Contrato vigente CONTRATO N° 33/2022/TRE-RO [0948668](#)), conforme consta no ANEXO I do ICVEC. Não houve necessidade de excluir valores excessivamente elevados ou considerado inexequíveis, por não haver entre as proposta. (sem destaques no original)

22. Nessa linha, sem adentrar no mérito das informações juntadas ao processo e registradas na ICVEC, verifica-se que a unidade demandante laborou dentro dos limites traçados pela **Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021**. Nesses termos, conclui-se pela adequação legal do procedimento de estimativa da despesa ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 4/2023.

3.1.5 Da análise dos elementos do Termo de Referência nº 06/2023 ([1080356](#)):

23. O Termo de Referência está disciplinado pelos **arts. 18 a 21 da IN TRE-RO n. 04/2023**, que o padroniza na forma de seu Anexo V, documento utilizado pela Equipe de Cerimonial para disciplinar as regras da contratação pretendida ([1080356](#)).

Nesta análise será checado se a unidade preencheu as informações mínimas exigidas nos diversos capítulos do documento e somente destacados pontos considerados relevantes à seleção do fornecedor ou às obrigações derivadas da contratação pretendida:

I - a descrição detalhada do objeto: Capítulo 1:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

De acordo com os elementos do ETP e das especificações contidas no próprio TR, a unidade identifica o objeto como **bem de consumo de qualidade comum**, apto a suprir as demandas das unidades deste Tribunal, compatível com a finalidade a que se destina, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de especificações usuais existentes no mercado (**art. 3º, III, IN TRE-RO nº 04/23**).

Decorre da referida informação que não se trata de **bem de consumo de luxo**, cuja aquisição é vedada pelo art. 20 da NLLC, com contornos definidos pelo art. 3º, II, da IN TRE-RO nº 04/23, em cumprimento ao § 1º do referido dispositivo legal.

Verifica-se que os itens foram **agrupados em dois lotes distintos (alimentos e locação de mobiliário para eventos institucionais)** justificados em função da inviabilidade de se promover a adjudicação por item em razão da natureza do objeto.

II - a fundamentação e descrição da necessidade da contratação: Capítulo 2;

a) o documento faz remissão ao ETP, o qual foi analisado na seção 3.1.2 deste parecer.

Há registro que o objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual PCA 2023 - item 1 ([0903526](#)).

III - a descrição global da solução, considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do produto: Capítulo 3:

A Equipe de Cerimonial descreve de forma detalhada os serviços que compõem a demanda e os principais aspectos de sua execução.

IV - os requisitos da contratação - Capítulo 4:

a) **Sustentabilidade - PLS TRE-RO 2020-2025:** A Equipe de Cerimonial registra que, após consulta ao referido Plano, verificou-se que **há ações** e estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável diretamente associadas ao objeto pretendido nesta contratação. Assim, previu as seguintes práticas e critérios para o seu atendimento. Assim, a qualquer momento, a fiscalização ou a gestão do contrato poderá realizar diligências e eventualmente notificar a empresa contratada para comprovar o cumprimento dessas exigências:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

i. instruir seus empregados para que observem a destinação correta de resíduos sólidos (descartáveis) e de alimentos, de acordo com a coleta seletiva estabelecida pelo tribunal;

ii. os bens serão, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utiliza materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

b) Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU/CGU, utilizada no âmbito deste TRE por meio da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2023 - PRES/GABPRES ([0981675](#)): a contratada deverá observar a **Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52/2014**, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais e municipais, e demais instrumentos normativos aplicáveis;

c) requisitos da execução: detalha aspectos da execução dos serviços;

d) vistoria nas instalações físicas da contratada: A unidade disciplina a exigência de apresentação de declaração de vistoria nas dependências da cozinha da contratada, realizada pela Comissão de Cerimonial TRE-RO, atestando a compatibilidade referida no Anexo III do TR, fundada nas seguintes normas:

I - Resolução - RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002: Atualiza a legislação geral, introduzindo o controle contínuo dos Procedimentos Operacionais Padronizados aplicáveis aos estabelecimentos produtores de alimentos, além de promover a harmonização das ações de inspeção sanitária por meio de instrumento genérico de verificação das práticas de fabricação de alimentos. Portanto, é ato normativo complementar à **Portaria SVS/MS nº 326/97**;

II - Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997 - Baseada no Código Internacional Recomendado de Práticas: Princípios Gerais de Higiene dos Alimentos CAC/VOL. A, Ed. 2 (1985), do *Codex Alimentarius* e harmonizada no Mercosul, essa Portaria estabelece os requisitos gerais sobre as condições higiênico-sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos;

III - Portaria MS nº 1.428, de 26 de novembro de 1993 - Precursora na regulamentação desse tema, dispõe, entre outras matérias,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sobre as diretrizes gerais para o estabelecimento de Boas Práticas de Produção e Prestação de Serviços na área de alimentos.

V - Modelo de execução do objeto - Capítulo 5.

Neste tópico destaca-se:

a) o prazo de vigência do contrato de 24 meses a contar da data de assinatura podendo, a critério da administração, ser prorrogado por até 60 meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021;

b) os deveres e responsabilidades das partes, de acordo com a NLCC e as especificidades do objeto.

VI - Modelo de gestão do contrato - Capítulo 6:

VII - critérios de medição e pagamento - Capítulo 7;

Verifica-se a previsão de detalhado processo de aferição da regular execução contratual para fins de recebimento, liquidação e pagamento dos serviços, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

VIII - forma e critério de seleção do fornecedor, capítulo 8;

a) adoção da modalidade do Pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço:

Tratando-se de **bens de qualidade comum**, como descrito na análise do objeto, capítulo 1 do TR, tem-se a previsão legal do **pregão** para o processamento do certame competitivo na forma do **art. 6º, XLI c/c 29, ambos da NLCC**, veja-se:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

***XLI - pregão:** modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;*

(...)

***Art. 29.** A concorrência e o **pregão** seguem o rito procedimental comum a que se refere o [art. 17 desta Lei](#), adotando-se o **pregão** sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a [alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei](#). (sem destaques no original)

Por sua vez, a NLLC também estabelece, como regra, a utilização da **forma eletrônica** para todas as licitações, salvo motivação em sentido contrário - o que não ocorreu no caso em análise. Veja-se:

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

(...)

§ 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

(...)

Na esteira desse comando legal, tem-se a **Instrução Normativa SEGES/ME n. 73, de 30 de setembro de 2022**, que dispõe sobre a licitação pelo **critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica**, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal, a qual impõe que a adoção excepcional da forma presencial requer prévia justificativa da autoridade com comprovação da inviabilidade técnica ou desvantagem na realização da forma eletrônica, veja-se:

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

§ 1º É obrigatória a utilização da forma eletrônica nas licitações de que trata esta Instrução Normativa pelos órgãos e entidades de que trata o caput.

§ 2º Será admitida, excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente, a utilização da forma presencial nas licitações de que trata esta Instrução Normativa, desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a Administração na realização da forma eletrônica, devendo-se observar o disposto nos §§ 2º e 5º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. (sem destaques no original)

O referido normativo estabelece a **obrigatoriedade** da adoção do critério de **julgamento de menor preço** ou maior desconto para os pregões, desde que comprovado no ETP que a qualidade técnica das propostas que excederem os requisitos mínimos das especificações não forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração. Veja-se:

Art. 3º O critério de julgamento de menor preço ou maior desconto será adotado quando o estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que excederem os requisitos mínimos das especificações não forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração.

Art. 4º O critério de julgamento de menor preço ou maior desconto será adotado:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*I - na modalidade pregão, **obrigatoriamente**; (sem destaques no original)*

(...).

Quanto ao agrupamento dos itens em lotes ou grupos, tal procedimento foi justificado pela unidade demandante - conforme analisado na seção 3.1.2 deste parecer - estando também albergado expressamente pela NLLC:

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

(...)

§ 1º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.

§ 2º Na hipótese de que trata o § 1º deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos nos [§§ 1º, 2º e 3º do art. 23 desta Lei](#), a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade. (sem destaques no original)

(...)

Como visto, a utilização da via do pregão eletrônico está condicionada às demandas constituídas por objetos comuns. No caso em tela, os serviços pretendidos - como já registrado - estão definidos de forma objetiva por meio das especificações constantes no TR, indicando com clareza os padrões de qualidade exigidos pela Administração.

Por sua vez, o enquadramento do objeto como "comum" é apontado pela unidade, conhecedora das especificidades dos serviços que se pretende contratar. Na forma do **Acórdão TCU n. 817/2005-Primeira Câmara**, é mesmo faculdade do Administrador aferir se o objeto a ser contratado possui enquadramento de "bem ou serviço de uso comum", apreciando o caso concreto mediante a existência de circunstâncias objetivas constantes da fase interna do procedimento licitatório.

Nesses termos, não havendo demonstração nos documentos da fase de planejamento da contratação que a qualidade técnica das propostas que excederem os requisitos mínimos das especificações sejam relevantes para a contratação dos serviços, os quais poderão ser selecionados tão só em função do preço proposto pelas licitantes, **tem-se como adequada a adoção do pregão eletrônico e do critério de julgamento de menor preço por lote.**

b) anexos de proposta: Nota-se que a Equipe de Cerimonial está prevendo a apresentação dos seguintes documentos como **condição para a aceitação das propostas:**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Anexo I – Descrição do objeto, quantidade e modo de fornecimento: serviços, diárias, centenas, unidades ou quilogramas - item 12.1;

Anexo II – Cardápio e Quantidade MÍNIMA a ser fornecida para cada participante – item 1.4.2, 3.3 e 12.2: Tratam-se de documentos que devem integrar a proposta.

Anexo III: Vistoria nas instalações físicas da contratada: Conforme antes descrito, a unidade está exigindo a apresentação de declaração de vistoria nas dependências da cozinha da contratada, realizada pela Comissão de Cerimonial TRE-RO, atestando a compatibilidade das instalações, de acordo com as seguintes normas: a) **Resolução - RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002;** b) **Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997;** e, c) **Portaria MS nº 1.428, de 26 de novembro de 1993.**

Análise da AJSAOFC: Verifica-se que há previsão legal para a exigências de algumas medidas, como as descritas no TR, para nortear o recebimento da proposta, veja-se:

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

(...)

II - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;

(...)

§ 3º Desde que previsto no edital, na fase a que se refere o inciso IV do caput deste artigo, o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.

§ 4º Nos procedimentos realizados por meio eletrônico, a Administração poderá determinar, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico. (sem destaques no original)

(...)

c) adoção do modo de disputa por lances abertos: Embora não informado, orienta-se o intervalo mínimo de 0,5% (meio ponto percentual) entre os lances, com abrigo no art. 56. I, da NLLLC e art. 22. § 1º da IN SEGES/ME nº 73/2022, já sistematizado, aliás, no item 6.2 da minuta do edital ([1080927](#));

d) RESTRIÇÃO da divulgação do preço estimado: A unidade manifesta-se pelo orçamento sigiloso até a abertura das propostas para evitar o efeito âncora com preços propostos semelhantes aos valores de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

referência da Administração. Pretende-se que as licitantes apresentem o preço praticado no mercado propiciando, ainda, uma margem para que o pregoeiro possa negociar a redução do valor inicial das propostas em favor da Administração.

A publicidade é a regra geral do **art. 24 da NLLC** e do **art. 12 da IN SEGES/ME nº 73/2022**. Contudo, há previsão do caráter sigiloso que ocorrerá, de forma justificada, **sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas**, sendo que o orçamento estimado da contratação não será tornado público **antes de definido o resultado do julgamento das propostas** e também sem prejuízo da negociação prevista no § 1º do art. 30 da referida IN.

Na mesma linha a IN TRE-RO nº 04/223, estabelece:

Art. 16. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso, o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

e) Regime de exclusividade na participação de ME/EPPs no certame:

Sobre o tema do regime diferenciado aplicado às microempresas e empresas de pequeno porte nos certames licitatórios, a NLLC traz as seguintes regras:

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

Por sua vez, o **art. 48, I, da LC 123/2006** estabelece o processo licitatório exclusivo à participação das ME/EPPs apenas para os itens da contratação cujo valor não exceda R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Análise da AJSAOFC: Como já registrado na seção 3.1.2 deste parecer, o regime de concorrência ampla somente será aplicado ao Lote 1, com valor estimado de **R\$ 295.678,50** (duzentos e noventa e cinco mil seiscentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos). Como o valor do Lote 2 foi estimado em **R\$ 27.346,00** (vinte e sete mil trezentos e quarenta e seis reais), deverá ele ser destinado exclusivamente às ME/EPPs em cumprimento ao art. 48, I, da LC 123/2006 e art. 6º do Decreto Federal nº 8.538/2015.

f) participação de pessoas físicas: A previsão da participação de pessoas físicas (**art. 6º, IX da NLLC**) foi tratada na **IN SEGES/ME Nº 116/21**, a qual determina, em seu **art. 4º, caput**, que os editais ou os avisos de contratação direta possibilitem a contratação das pessoas físicas, em observância aos objetivos da isonomia e da justa competição. Ainda de acordo com o parágrafo único desse mesmo dispositivo, será ressalvada a participação de pessoas físicas nas licitações ou contratações diretas, “quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física. Contudo, Como já registrado na seção 3.1.2 deste parecer, a unidade entende possível, desde que a pessoa física comprove os requisitos de participação e habilitação exigidos no edital do certame.

g) participação de cooperativas e consórcios: como não houve apresentação de justificativas (art. 9º, I, a c/c art. 16, ambos da NLLC), verifica-se que o edital, acertadamente, possibilita tal participação na forma do item 4.9 da minuta trazida ao processo.

g) EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

A Comissão de Cerimonial remeteu ao edital as condições de **habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista**, as quais, registra-se, estão previstas no capítulo 8 da minuta do edital do certame juntada ao processo pela ASLIC (xxxx).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

No tocante à **qualificação econômico-financeira** destacam-se:

i. a exigência de apresentação de **certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de **pessoa física**, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

ii. a exigência de apresentação de **balanço patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando índices mínimos (art. 69, I, NLLC);

iii. capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de até 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, na hipótese de a licitante apresentar resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) - art. 69, § 4º, NLLC.

Quanto à **qualificação técnica**, na forma do **item 8.9 do TR:**

i. exigência de apresentação de **atestados de capacidade técnica** para comprovação de fornecimento de serviços similares, **para as parcelas de maior relevância do Lote 1.**

A Equipe de Cerimonial apresenta justificativa para a exigência de percentual superior de 50%: Segundo alega, o percentual igual a 100% do público máximo que será atendido em um único evento deve-se à peculiaridade do objeto. A Administração necessita certificar-se, de forma extremamente segura, que a contratada possui *Know-how* (experiência) e estrutura empresarial para atender, de maneira precisa e no tempo exato, as demandas do contrato, na medida de suas grandezas. Tentativa de contratação anterior desse objeto demonstrou que essa exigência se torna necessária à seleção de empresas com o nível de profissionalismo pretendido pela Administração, sob pena de perecer o critério objetivo da proposta mais vantajosa. Isso porque, a contratação desguarnecida das cautelas necessárias terá como provável desfecho a reiteração da inexecução contratual (vg, **Acórdão nº 1.706/2007 – Plenário**).

Análise da AJSAOFC:

Sobre o tema:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e **técnico-operacional** será restrita a:

(...)

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88 desta Lei](#);

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no **caput** e no § 1º deste artigo, **será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas** de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados. (sem destaques no original)

(...)

A essência da capacidade operacional é procurar identificar se a futura contratada possui infraestrutura empresarial e a capacidade de gestão de executar o objeto e, justamente por esse contexto, podem ser feitas exigências de comprovação de anterior execução de quantitativos mínimos (compatíveis com o objeto a ser contratado). Deste modo, é possível que essa comprovação se dê pela somatória de atestados de contratos executados realizados concomitantemente, pois da mesma forma revelam a capacidade operacional da empresa.

De qualquer forma, é absolutamente fundamental que a exigência seja totalmente objetiva, indicando quantitativos precisos, para evitar dúvidas na hora da habilitação, que podem vir a comprometer o objetivo do processo, de formalizar a contratação.

Embora os quantitativos mínimos das parcelas tidas como relevantes tenham sido dimensionados no patamar de 100%, a unidade justifica a medida, inclusive citando precedentes do TCU. Acrescenta-se, ainda, o seguinte julgado:

ACÓRDÃO Nº 2924/2019 – TCU – Plenário:

(...)

9.2.3. a exigência de qualificação técnica prevista na alínea “d.2” do subitem 10.2 do edital fixou quantitativos mínimos superiores a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar para os eventos tipo “coquetel”, o que se opõe ao entendimento externado mediante os Acórdãos Plenário 737/2012 e 827/2014, a não ser que a especificidade do objeto o recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no processo administrativo da licitação;

(...)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por fim, verifica-se que não foi exigida a apresentação de **atestados de capacidade técnica** em relação aos serviços descritos no **Lote 2**.

ii. **Registro válido de inscrição no Conselho Regional de Nutricionistas em que a licitante** tenha sua respectiva sede, em cumprimento ao que preceitua o art. 18 do Decreto Federal 84.444/80;

iii. Indicação e aceitação do Profissional graduado em Nutrição responsável técnico pelas atividades de alimentação e nutrição da objeto, com vínculo com a licitante e inscrito no Conselho Regional de Nutricionistas da respectiva jurisdição:

Justificativa do Cerimonial: Segundo afirma, o *Nutricionista* é um profissional da área da saúde que estuda os alimentos e o efeito que eles produzem em nosso organismo. O profissional atuará com foco na nutrição coletiva do grupo de indivíduos que consumirá o cardápio a ser servido, acompanhando o processo de preparo das refeições e orientando a manipulação correta dos alimentos.

Análise da AJSAOFC:

A profissão de nutricionista é regulada pela **Lei nº 8.234/91** e regulamentada pelo **Decreto Federal nº 84.444/80**. Referido regulamento prevê que as empresas de alimentação também tenham registro no Conselho Regional de Nutrição, veja-se:

Decreto Federal nº 84.444/80

CAPÍTULO IV

DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

Art. 17 O exercício da profissão de Nutricionista só será permitido ao profissional inscrito no Conselho Regional de Nutricionistas da respectiva jurisdição.

Parágrafo único. Ao profissional registrado no Conselho Regional de Nutricionistas serão fornecidos a Carteira de Identidade Profissional e o Cartão de Identificação.

Art. 18. As empresas cujas finalidades estejam ligadas à nutrição e alimentação ficam obrigadas à inscrição no Conselho Regional de Nutricionistas em que tenham suas respectivas sede.

Parágrafo único. Consideram-se empresas com finalidades voltadas à nutrição e alimentação:

- a) as que fabricam alimentos destinados ao consumo humano;*
- b) as que exploram serviços de alimentação em órgãos públicos ou privados;*
- c) estabelecimentos hospitalares que mantenham serviços de Nutrição e Dietética;*
- d) escritórios de Informações de Nutrição e Dietética ao consumidor;*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e) consultorias de Planejamento de Serviços de Alimentação;

f) outras que venham a ser incluídas por ato do Ministro de Trabalho. (sem destaques no original)

Por sua vez, a exigência do registro das empresas do ramo no Conselho Regional de Nutrição é tida como regular pelo TCU, **vg, Acórdão nº 461/2014-Plenário.**

iv. Exigência, nos termos do **art. 66 da Lei 14.133/2021**, das seguintes comprovações expedidas pelos órgãos competentes, nas quais serão acrescentadas, nesta análise, as fontes normativas:

a) Certificado de licença ambiental, no modelo simplificado, declarado ou de operação, relacionado aos serviços compatíveis com *coffee break*, fornecimento e preparação de alimentos, emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Velho-RO - SEMA.

Fundamento legal da exigência: Lei nº 1.562, de 29 de dezembro de 2003 do Município de Porto Velho:

(...)

Art. 22. Toda matéria-prima alimentar e/ou alimento destinado ao consumo humano, qualquer que seja a sua origem, estado ou procedência, produzido, transportado, armazenado, ou exposto ao consumo no Município, será objeto de ação normatizadora e fiscalizadora exercida pelo Órgão de Vigilância Sanitária Municipal, nos termos da legislação Municipal, Estadual e Federal em vigor.

(...)

b) Licença e/ou Alvará de funcionamento para produção e comercialização de alimentos relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com *coffee break*, emitido pela Secretaria Municipal de Fazenda de Porto Velho-RO - SEMFAZ.

Fundamento normativo da exigência: Instrução Normativa SEMFAZ Nº 1 DE 06/02/2019, dispõe sobre os procedimentos para deferimento e emissão do Alvará da Licença de Localização e Funcionamento de atividades econômicas no Município de Porto Velho, e dá outras providências - Publicado no DOM - Porto Velho em 6 fev 2019.

Disciplinar, no âmbito da Secretaria Municipal de Fazenda, os procedimentos a serem adotados na formalização, instrução e análise de processos de licenciamento de atividade econômica que pretenda ser exercida no Município, requerido por



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

meio da plataforma de integração digital denominada Empresa Fácil RO, vinculada ao Subcomitê Estadual da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM-RO), para fins de obtenção da Licença de Localização e Funcionamento, do Alvará Provisório, e da Inscrição Mobiliária Municipal (IM).

(...)

Art. 3º Todas as empresas cujo contrato social deva ser registrado na Junta Comercial do Estado de Rondônia (JUCER) e todas as sociedades de advogados cujo registro se dê pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) devem, necessariamente, solicitar a abertura, a alteração ou a baixa de suas atividades ou negócios por meio do Sistema Empresa Fácil RO, sendo vedada a formalização de processo físico para esses fins.

c) Licença Sanitária do estabelecimento emitida pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho-RO ou Departamento/Divisão de Vigilância Sanitária Municipal de PVH - SEMUSA.

Fundamentos legais da exigência:

Lei nº 1.562, de 29 de dezembro de 2003 do Município de Porto Velho:

(...)

Art. 7º. Ficam sujeitos ao Alvará de Saúde, à regulamentação municipal, estadual, federal e às normas técnicas especiais, todos os estabelecimentos cujas atividades constem desta lei, e os que, pela natureza das atividades desenvolvidas, possam comprometer a proteção e preservação da saúde, individual e coletiva. [Alteração feita pelo Art. 1º - Lei nº 2.148, de 09 de abril de 2014.](#)

(...)

Decreto Nº 14756 DE 12/09/2017, regulamenta o Banco de Dados Ambientais e estabelece requisitos, conceitos, critérios, diretrizes e procedimentos administrativos referentes ao licenciamento ambiental, a serem cumpridos no âmbito da Subsecretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA. Publicado no DOM - Porto Velho em 12 set 2017

(...)

Art. 5º A SEMA no exercício de sua competência de controle ambiental instituídas pela Lei Complementar nº 138, de 28 de dezembro de 2001 e Lei complementar 591 de 23 de dezembro de 2015 expedirá os seguintes atos administrativos:

I - Certidão de Viabilidade Ambiental (CVA): concedida para os empreendimentos cujo licenciamento ambiental não compete ao órgão ambiental municipal, bem como de empreendimentos não passíveis de licenciamento ambiental, conforme os critérios estabelecidos em portaria específica;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Licença Ambiental por Declaração (LAD): procedimento administrativo para o licenciamento de atividades ou empreendimentos considerados pequeno porte mínimo e pequeno com potencial poluidor baixo;

III - Licença Ambiental Simplificada (LAS): procedimento administrativo simplificado de licenciamento ambiental para o licenciamento de atividades ou empreendimentos considerados pequeno porte e baixo ou médio potencial poluidor;

IV - Licença Ambiental Prévia (LAP): concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção devendo ser requerida fase preliminar do planejamento do empreendimento, atividade ou obra, tem por objetivo:

a) Aprovar a localização e a concepção do empreendimento, atividade ou obra;

b) Atestar a viabilidade ambiental do empreendimento, atividade ou obra;

c) Estabelecer os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases da implantação do empreendimento, atividade ou obra, respeitadas a legislação integrante e complementar do plano diretor municipal ou legislação correlata e as normas federais e estaduais incidentes;

d) Estabelecer limites e critérios para lançamento de efluentes líquidos, resíduos sólidos, emissões gasosas e sonoras no meio ambiente, adequados aos níveis de tolerância para a área requerida e para a tipologia do empreendimento, atividade ou obra; e

e) Exigir a apresentação de propostas de medidas de controle ambiental em função dos impactos ambientais que serão causados pela implantação do empreendimento, atividade ou obra.

V - Licença Ambiental de Instalação (LAI): autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambientais e demais condicionantes. A licença de instalação autoriza a implantação do empreendimento, atividade ou obra, mas não seu funcionamento e tem por objetivo:

a) Aprovar as especificações constantes dos planos, programas e projetos apresentados, incluindo as medidas de controle ambiental e os demais condicionantes, das quais constituem motivos determinantes; e

b) Autorizar o início da implantação do empreendimento, atividade ou obra e os testes dos sistemas de controle ambiental sujeito à inspeção da SEMA.

VI - Licença ambiental de operação (LAO): autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambientais e condicionantes determinados para a operação;

(...)

ANEXO I

Enquadramento dos empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental no município de Porto Velho/RO.

1. Os empreendimentos são enquadradas em 06 (seis) classes (LAD, LAS, LAPP, LAMP, LAGP e LAEP) em função do seu porte e do potencial poluidor da atividade, de acordo com este anexo:

Tabela 01 - Enquadramento dos Empreendimentos

(...)

FABRICAÇÃO DE ALIMENTOS E PRATOS PRONTOS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) Licença e/ou certificado de inspeção sanitária do veículo utilizado para o transporte de alimentos, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho-RO ou Departamento/Divisão de Vigilância Sanitária Municipal de PVH - SEMUSA.

(...)

Art. 7º. Ficam sujeitos ao Alvará de Saúde, à regulamentação municipal, estadual, federal e às normas técnicas especiais, todos os estabelecimentos cujas atividades constem desta lei, e os que, pela natureza das atividades desenvolvidas, possam comprometer a proteção e preservação da saúde, individual e coletiva. [Alteração feita pelo Art. 1º - Lei nº 2.148, de 09 de abril de 2014.](#)

§ 1º O Alvará de Saúde, a licença sanitária e os **certificados de vistoria de veículos** e de controle de qualidade da água terão validade de 1 (um) ano, contados a partir do pagamento da(s) taxa(s) previstas, ou da concessão do licenciamento se for estabelecimento isento, devendo o documento de licenciamento ser exposto em lugar visível no local, e somente será concedido, após a verificação das condições sanitárias exigidas ao licenciamento. [Alteração feita pelo Art. 1º - Lei nº 2.971, de 10 de outubro de 2022.](#)

Análise da AJSAOFC: verifica-se a previsão normativa para as exigências constantes do TR.

IX - A estimativa do valor da contratação - Capítulo 9;

a) custo estimado da contratação: Conforme registrado na **Seção 3.1.4, itens 21 3 24 deste parecer**, verifica-se que a unidade laborou dentro dos limites traçados pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021. Nesses termos, esta unidade concluiu pela adequação legal do procedimento de estimativa da despesa ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 4/2023;

b) possibilidade de reajuste do contrato: A unidade previu no item 9.5 do TR, que para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, e a fim de garantir o reajuste anual que reflita a variação efetiva dos custos de produção ou dos preços dos insumos utilizados, será utilizado o índice oficial do governo federal, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo (IPCA - IBGE).

De fato, de acordo com o **§ 7º do art. 25 da NLLC**, independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por sua vez, verifica-se que, de acordo com o **item 1.5 do TR**, a vigência do contrato foi dimensionada para 24 meses, podendo, a critério da administração, ser prorrogado por até 60 meses, na forma dos artigos 106 e 107 da NLLC.

X - Adequação orçamentária, com indicação da fonte e os valores previstos pra execução no exercício de 2023, Capítulo 10;

A unidade indica a fonte orçamentária para o custeio da despesa, com as previsões de execução em cada exercício da contratação.

XI - Infrações e sanções aplicáveis - Capítulo 11.

Verifica-se que a unidade demandante listou as hipóteses de aplicação das sanções, formatadas em harmonia com as regras da NLLC, com a devida gradação em função do Princípio da Proporcionalidade.

24. CONCLUSÃO: Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do **Termo de Referência nº 06/2023 - CERIMONIAL (1080356)** ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 4/2023, podendo ser aprovado pela autoridade administrativa.

3.1.6 Do instrumento de contrato:

25. Como regra, a minuta do contrato como documento integrante da fase de planejamento da contratação está disciplinado no § 1º do **art. 21 da IN TRE-RO nº 04/2023**, veja-se:

Art. 21. Cabe à unidade demandante ou à equipe de planejamento da contratação, quando houver, a elaboração do Termo de Referência ou do Projeto Básico.

***Parágrafo único.** A minuta do contrato, elaborada pela unidade competente, integrará os documentos da fase de planejamento da contratação, exceto nas compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e das quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor, hipóteses em que a Administração poderá substituí-la por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. (sem destaques no original)*

26. Por sua vez, a **Lei nº 14.133/2021** cuidou da formalização de contratos administrativos a partir do art. 89. Vejam-se os referidos dispositivos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 89. Os contratos de que trata esta Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

...

*Art. 90. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para **assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente**, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.*

....

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

§ 1º Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no [art. 92 desta Lei](#).

§ 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais). [\(Vide Decreto nº 10.922, de 2021\)](#) [\(Vigência\)](#)

27. Vencida a discussão acerca da imposição legal de adoção do instrumento de contrato para regular as obrigações das partes, tem-se que as cláusulas necessárias - leia-se obrigatórias - derivadas do regime jurídico dos contratos administrativos estão listadas pelo **art. 92 e segs da NLLC**. Por seu turno, há previsão na NLLC no sentido de que os órgãos da administração possam instituir modelos de minutas utilizadas as licitações, inclusive dos contratos. Veja-se:

Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:

(...)

***IV - instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos**; (sem destaques no original)*

Art. 25.

§ 1º Sempre que o objeto permitir, a Administração adotará minutas padronizadas de edital e de contrato com cláusulas uniformes. (sem destaques no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

28. Conquanto não haja modelo padronizado de contrato aprovado pela administração deste Tribunal, este parecerista, na condição de Chefe da Assessoria Jurídica da SAOFC, participou da elaboração do texto-padrão que está sendo utilizado pela SECONT, sendo que as cláusulas que dele constam foram definidas pela observância da minuta da Advocacia Geral da União - AGU, disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao-e-concorrenci>, adequadas à realidade e tradição contratual do TRE-RO.

29. Nessa linha e para cumprimento do § 4º do artigo 53 da Lei nº 14.133/2021, tem-se que, sob o aspecto formal, a análise dos elementos da minuta trazida ao processo pela SECONT ([1080385](#)) revela que o instrumento encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 14.133/2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação. Verifica-se, ainda, que sua redação está adequada às condições ajustadas e decorrentes dos demais documentos da fase de planejamento, notadamente do projeto básico elaborado pela EPC.

3.1.7 Da análise dos elementos da minuta do edital:

30. A IN TRE-RO nº 04/2023 foi bastante econômica quando tratou do edital do certame licitatório. No que adequado a esta análise cuidou no Parágrafo único do art. 46 de sua elaboração pela Assessoria de Licitações e Contratações. Contudo, é impossível não reconhecer a relevância do instrumento do edital nas licitações públicas, incluída na fase preparatória do processo licitatório, veja-se:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o [inciso VII do caput do art. 12 desta Lei](#), sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

(...)

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação; (sem destaques no original)

33. Os elementos constitutivos do edital também se encontram listados na NLLC, sendo também permitido à Administração a adoção de minutas padronizadas, veja-se:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

§ 1º Sempre que o objeto permitir, a Administração adotará minutas padronizadas de edital e de contrato com cláusulas uniformes. (sem destaques no original)

(...)

31. Não há, **até a presente data**, um modelo padronizado de edital aprovado pela administração deste Tribunal. Diferente do ocorre em relação ao modelo de contrato padronizado utilizado pela SECONT, esta unidade jurídica não participou da elaboração da minuta carreada ao processo pela ASLIC. Contudo, foi informado pelo Assessor da ASLIC que o modelo também tomou como base a minuta divulgada pela Advocacia Geral da União - AGU, disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao-e-concorrencia>, adequada à realidade e tradição contratual do TRE-RO.

32. Observa-se que a minuta do edital - e seus anexos - juntada ao processo pela ASLIC no evento [1080927](#) contemplou as regras gerais e específicas aplicáveis à contratação. Ademais, verificam-se satisfeitos os requisitos da **Lei nº 14.133/2023**, notadamente em seu **art. 25**, bem como a inserção das demais regras gerais e específicas aplicáveis à licitação, decorrentes da legislação regedora. **Destacam-se:**

I - a indicação do regime legal de regência do certame pela Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal nº 8.538/2015, além do previsto no Termo de Referência e demais anexos do edital (**capítulo 1**);

II - as informações acerca da aquisição do edital, esclarecimentos e impugnações, **art. 164 da NLLC - capítulo 2**;

III - a descrição do objeto complementada pelo Anexo VI - Termo de Referência e a indicação da fonte orçamentária. Nota-se, no item 3.5 - e nos termos do art. 24 da Lei 14.133/21 - que o valor estimado da licitação será divulgado **somente após o resultado do julgamento das propostas**, salvo se a informação for necessária para negociação - (**capítulo 3**;

IV - regime de **ampla concorrência** para o Lote 1 do certame (item 4.1, "a" do edital) e **exclusividade** de ME/EPPs para o **Lote 2** (item 4.1, "b" do edital). No regime de ampla concorrência as ME/EPPs poderão usufruir o tratamento diferenciado e simplificado previsto na LC 123/2006, de acordo com o **item 4.5 c/c o Capítulo 10 do edital**;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - a previsão de apresentação de proposta com seus elementos e anexos obrigatórios (item 5.2.1), as referidas orientações quanto do cadastramento da proposta (item 5.2.3) - **capítulo 5 do edital**;

VI - **regras acerca dos lances**, observado o intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) (item 6.2) da adoção do modo de disputa aberto, no qual a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos (item 6.6) - **capítulo 6**;

VII - o critério de julgamento de classificação e aceitação das propostas pelo **MENOR PREÇO, POR LOTE**, observados os valores estimados de cada um dos itens que compõem o respectivo grupo/ lote, expresso em moeda corrente nacional (item 7.2) - **capítulo 7**;

VIII - a necessária comprovação da habilitação jurídica, técnica - listando as exigências que constam do TR - regularidade fiscal, trabalhista, comprovação da habilitação econômico-financeira e declarações legais, de acordo com os itens 8.1 a 8.6 - **capítulo 8** e as regras acerca do julgamento dos documentos de habilitação - **capítulo 11**;

IX - as regras acerca do processamento e julgamento dos recursos. Nota-se a possibilidade de manifestação de intenção de recurso após o término de cada uma das fases de julgamento, das proposta e dos documentos de habilitação, na esteira da redação do art 40 da IN SEGES/ME nº 73/2022 - **capítulo 12**;

X - as obrigações da adjudicatária e do contrato, conforme modelo constante no ANEXO II e ao instrumento contratual, ANEXO VII - **capítulo 13**;

XI - regras sobre as infrações e a aplicação das sanções - **capítulo 14** e as disposições gerais no **capítulo 15**.

33. A minuta do edital é complementada pelos seguintes anexos:

ANEXO I – Descrição do objeto;

ANEXO II – Detalhamento (Cardápio);

ANEXO III – Declaração de estrutura física;

ANEXO IV – Modelo de proposta;

ANEXO V – Estudo técnico preliminar;

ANEXO VI – Termo de referência, do qual foram suprimidas as referências aos valores estimados da contratação;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ANEXO VII – Minuta de contrato;

ANEXO VIII – Modelo de indicação e aceitação de responsabilidade técnica.

34. Em função do exposto e para cumprimento do § 4º do artigo 53 da Lei nº 14.133/2021, tem-se que, sob o aspecto formal, a análise dos elementos da minuta trazida ao processo pela ASLIC ([1080927](#)) revela que o instrumento e seus anexos encontram-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal nº 8.538/2015 - além das regras do termo de referência - atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação. Verifica-se, ainda, que sua redação está adequada e apta para a divulgação do certame competitivo, na forma do § 3º do art. 53 c/c art. 54 da **NLLC.**

IV – CONCLUSÃO

35. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta neste processo, esta assessoria jurídica conclui pela verificação do cumprimento dos requisitos legais da fase preparatória da contratação, de acordo com o **art. 18 da Lei nº 14.133/2021** e com as regras da **IN TRE-RO nº 4, de 28/03/2023**, motivo pelo qual opina:

I - Pela adequação legal do Documento de Oficialização da Demanda ([1062328](#)); Estudo Técnico Preliminar nº 1/2023- ([1062346](#)), Informação conclusiva do valor estimado da contratação direta ([1072543](#)), Mapa de Gestão de Riscos ([1078183](#)) e Termo de Referência nº 06/2023 ([1080356](#)), todos elaborados pela Comissão de Cerimonial, ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 4/2023, podendo ser aprovados pela autoridade administrativa;

i. registra-se que os referidos documentos foram analisados e tidos como conformes pela Seção de Apoio às Contratações ([1080383](#));

ii. tratando-se de uma Comissão, tem-se como necessário que a maioria de seus membros subscreva **todos** os documentos da fase de planejamento da contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Nesses termos, tratando-se da contratação de serviços de **qualidade comum**, como descrito nos documentos da fase de planejamento e analisados neste parecer, pela possibilidade jurídica da contratação por meio da modalidade licitatória da **pregão eletrônico eletrônica, sem inversão de fases, com critério de julgamento pelo menor preço por lote**, na forma do arts. 6º, XLI c/c 17, § 2º c/c 29, todos da NLLC.

i. conforme já apontado no item 4 deste parecer, há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à regularidade da despesa no planejamento orçamentário corrente ([1081055](#)) e programação orçamentária da despesa ([1081095](#)).

Quanto à previsão de execução de despesas no exercício financeiro de 2024, o Coordenador da COFC registrou que **não se faz possível sua programação e consequente reserva orçamentária** neste exercício financeiro, por **depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024** e da abertura do exercício 2024 com a consequente disponibilização dos créditos aprovados na LOA 2024, no SIAFI, pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF/ME ([1081052](#)).

III - Deverá ser observado ainda, conforme analisado neste parecer:

i. **adoção do modo de disputa por lances abertos com intervalo mínimo de 0,5%** (meio ponto percentual) entre os lances;

ii. **RESTRIÇÃO da divulgação do preço estimado da licitação**, que será divulgado somente após o resultado do julgamento das propostas, salvo se a informação for necessária para negociação (art. 24 da NLLC);

iii. **afastamento do regime de exclusividade na participação de ME/EPPs no certame apenas para o Lote 1**, mantidas as demais regras de preferência aplicadas às ME/EPPs, devidamente inseridas no edital da competição e **adoção desse regime em relação ao Lote 2** (48, I, da LC 123/2006 e art. 6º do Decreto Federal nº 8.538/2015);

iv. **possibilidade de participação de pessoas físicas, cooperativas e consórcios**;

v. a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental definidas nos documentos da fase de planejamento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - Pela adequação legal da **minuta de contrato** trazida ao processo pela SECONT ([1080385](#)), haja vista que o instrumento encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 14.133/2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação. Verifica-se, ainda, que sua redação está adequada às condições ajustadas e decorrentes dos demais documentos da fase de planejamento, notadamente do termo de referência elaborada pela unidade demandante;

V - Pela adequação legal da minuta do edital produzida pela ASLIC ([1080927](#)), haja vista que o o instrumento e seus anexos encontram-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 14.133/2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação. Verifica-se, ainda, que sua redação está adequada e apta para a divulgação do certame competitivo, na forma do § 3º do art. 53 c/c art. 54 da NLLC.

Nota-se que, tratando-se da contratação de serviços e adotado o critério de julgamento de menor preço, o **prazo mínimo para apresentação de propostas e lances**, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação **deverá ser de 10 (dez) dias úteis**, de acordo com a redação do art. 55, I, "a" da NLLC.

À consideração da Autoridade Competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 07/11/2023, às 15:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1081644** e o código CRC **D5D2525F**.

0001795-76.2023.6.22.8000

1081644v14



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001795-76.2023.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: COMISSÃO DE CERIMONIAL

ASSUNTO: Definição da modalidade de licitação e análise do Termo de Referência – Contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação e locação de mobiliário para atender demandas de eventos institucionais.

DESPACHO Nº 1342 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Comissão de Cerimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, visando a contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação e locação de mobiliário para atender demandas de eventos institucionais a serem promovidos por este Tribunal, por um período de 24 meses a contar da data de assinatura ([1062327](#)).

Para instruir os autos, carreu-se os documentos relativos à fase preparatório da contratação: Documento de Formalização da Demanda - DFD ([1062328](#)); o Estudo Técnico Preliminar ([1062346](#)), a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da licitação ([1072543](#)), informação relativa a composição da equipe de gestão e fiscalização do contrato ([1078173](#)), mapa de gestão de riscos ([1078183](#)) e a versão final do termo de referência contendo detalhada identificação do objeto, justificativa, planejamento estratégico, critérios de sustentabilidade ambiental, estimativa de preços, critérios de aceitação do objeto, obrigações das partes, pagamento, sanções administrativas e gestão e fiscalização do contrato ([1080356](#)).

A contratação foi estimada no valor de **R\$ 323.024,50** (trezentos e vinte e três mil vinte e quatro reais e cinquenta centavos), nos termos do item 9.1 do TR ([1080356](#)).

Após autorização de ajuste no planejamento orçamentário de 2023 ([1080948](#)), o Coordenador da COFC registrou que a despesa está prevista no planejamento orçamentário do exercício ([1081055](#)); assim, realizou a programação orçamentária relativa ao exercício de 2023 no valor de R\$ 26.918,71 (vinte e seis mil novecentos e dezoito reais e setenta e um centavos) ([1081095](#)). Por outro lado, considerando, também, se tratar de contratação com previsão de execução orçamentária no exercício vindouro, registrou não ser possível efetuar a programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro dos valores a serem executados em 2024, ressaltando que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2024 tramita no processo n. [0003707-](#)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

[45.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante identificado, destinado a despesas com o objeto dessa contratação ([1081052](#)).

Após as diligências cabíveis ([0913241](#)), a SAC concluiu que o TR juntado ao evento n. [1080356](#) encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso XLI, da Lei 14.133/2021, podendo a contratação de seu objeto ser processada por licitação, na modalidade **pregão eletrônico, do tipo menor preço por grupo (lote)** ([1080383](#)).

Instada, a AJSAOFC opinou pela adequação dos documentos componentes da fase de planejamento ao regime da Lei 14.133/2021 e IN TRE-RO n. 4/2023, com consequente possibilidade de aprovação do TR juntado ao evento n. [1080356](#); pela possibilidade da contratação pretendida, por meio da modalidade licitatória pregão, na sua forma eletrônica sem inversão de fases, com critério de julgamento pelo menor preço por lote, na forma do arts. 6º, XLI c/c 17, § 2º c/c 29, todos da NLLC; pela possibilidade de adoção do modo de disputa por lances abertos, com intervalo mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) entre os lances, conforme indicado pela unidade demandante no item 8.3 do TR; pela aplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's apenas para o lote 02; pela aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental registrados no item 4.1 do TR ([1080356](#)); e pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação ([1081644](#)).

Por sua vez, a SAOFC, nos termos da manifestação n. 481/2023 ([1081857](#)) e diante da necessidade da contratação para atender a demanda deste Tribunal, pronunciou-se, em síntese, nos termos do parecer exarado por sua unidade jurídica, aprovando todos os documentos que compõem a fase de planejamento da contratação, autorizando a deflagração do certame licitatório na modalidade pregão eletrônico com o critério de julgamento menor preço por lote, pela inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's ao lote 01, sendo possível sua aplicação ao lote 02; pela aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade, consoante item 4 do TR; pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação.

Assim, vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que o pedido de contratação sob análise foi elaborado com base nas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentado no âmbito deste Tribunal nos termos da Instrução Normativa TRE-RO n. 4, de 28/03/2023 ([0993116](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Dos autos se extrai a **justificativa da contratação** pleiteada, em decorrência do encerramento do atual contrato vigente em 02/12/2023 (Contrato Administrativo nº 33/2022 [0948668](#)) e da necessidade de garantir o fornecimento de itens de alimentação e locação de mobiliário necessários ao atendimento dos eventos institucionais a serem promovidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que estão direta e concretamente vinculados aos objetivos institucionais deste Tribunal, respeitando-se os princípios da razoabilidade, moralidade e economicidade, nos termos registrados no item 2 do TR de evento n. [1080356](#).

Analisando os autos, verifica-se a **regularidade dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação**, quais sejam: Documento de Formalização da Demanda ([1062328](#)); Estudo Técnico Preliminar ([1062346](#)), Mapa de Gestão de Riscos ([1078183](#)), Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([1072543](#)) e a versão final do Termo de Referência ([1080356](#)), uma vez que estão de acordo com o disposto no [art. 18 da Lei n. 14.133/2021](#) e com as regras contidas no Capítulo II da [Instrução Normativa TRE-RO n. 4/2023](#).

Em razão do valor estimado da contratação extrapolar a situação de dispensa legal e, por se tratar de aquisição de bens e serviços definidos como comuns pela unidade demandante (subitem 1 e 1.3 do TR - [1080356](#)) e, considerando os aspectos econômicos para esta Administração, tem-se como prioritária a **adoção da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica**, em cumprimento ao inciso XLI do artigo 6º c/c com o art. 29, ambos da Lei 14.133/21.

O edital deve estabelecer o **critério de julgamento** pelo menor preço por lote em consonância com o prescrito pelo inciso I do art. 33 da Lei 14.133/2021 c/c com o inciso XLI do art. 6º do mesmo dispositivo legal, com a adoção do modo de disputa por lances abertos, com intervalo mínimo de 0,5% (meio ponto percentual) entre os lances, com abrigo no art. 56, I, da NLLLC e art. 22. § 1º da IN SEGES/ME nº 73/2022, já sistematizado, aliás, no item 6.2 da minuta do edital ([1080927](#)).

Sobre o **valor estimado da contratação** que se pretende efetivar, as regras da estimativa estão disciplinadas no documento denominado de INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO - ICVEC. No caso em análise o referido documento foi juntado ao processo no evento n. [1072543](#) e demonstra que o preço de R\$ 323.024,50 (trezentos e vinte e três mil vinte e quatro reais e cinquenta centavos) foi estimado pela pesquisa direta com fornecedores, como também pelo valor atualmente contratado pelo TRE-RO (atualizado até a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

data da estimativa pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo IBGE), registrando, ainda, alguns aspectos considerados na pesquisa direta e as dificuldades de obtenção de referenciais no banco de preços, de modo que elaborado em harmonia com o disposto no art. 23 da Lei n. 14.133/2021, atualmente regulamentado pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021 e nos termos das regras da IN TRE-RO n. 4/2023.

No que diz respeito a questão da **restrição da divulgação do preço estimado**, dos autos se extrai que a demandante justificou a medida para evitar o efeito âncora com preços propostos semelhantes aos valores de referência da Administração e, como bem anotada pelo AJSAOFC, o procedimento está amparado pelo art. 24 da NLLLC e art. 12 da IN SEGES/ME nº 73/2022, que prevê ainda que o caráter sigiloso ocorrerá sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, sendo que o orçamento estimado da contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas e também sem prejuízo da negociação prevista no § 1º do art. 30 da referida IN.

Quanto à **sustentabilidade ambiental**, a unidade demandante registrou no item 4.1 do TR- [1080356](#) a obrigatoriedade de observância pela contratada das disposições trazidas pela Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52/2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais e municipais, e demais instrumentos normativos aplicáveis, exigindo-se, ainda, como condição de habilitação a apresentação de licença ambiental e alvarás sanitários do local onde são produzidos os alimentos e do veículo utilizado para o transporte dos mesmos.

No tocante à **participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, de acordo com os valores do ICVEC ([1072543](#)), o regime de exclusividade somente será aplicado ao futuro certame para o Lote 2, com valor estimado de **R\$ 27.346,00** (vinte e sete mil trezentos e quarenta e seis reais) em cumprimento ao art. 48, I, da LC 123/2006 e art. 6º do Decreto Federal nº 8.538/2015 ao passo que, considerando o valor estimado do lote 1 em **R\$ 295.678,50** (duzentos e noventa e cinco mil seiscentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos), a este será prevista a ampla concorrência.

Com relação a **Termo de Referência** juntado ao evento n. [1080356](#), de sua leitura verifica-se ter elaborada no padrão trazido pelo anexo V da IN TRE-RO n. 04/2023, contendo as informações mínimas exigidas para sua formalização com a detalhada identificação do objeto



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cujos itens foram agrupados em dois lotes distintos (alimentos e locação de mobiliário), justificativa, planejamento estratégico, critérios de sustentabilidade ambiental, estimativa de preços, critérios de aceitação do objeto, obrigações das partes, pagamento, sanções administrativas e gestão e fiscalização do contrato que terá vigência de 24 meses a contar da data de sua assinatura, podendo, a critério da administração, ser prorrogado por até 60 meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021.

Sendo assim, analisados os pontos retrocitados, a nova versão do Termo de Referência juntada ao evento n. [1080356](#), se mostra adequado ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 4/2023, estando apto a produzir todos os efeitos jurídicos, podendo compor a minuta do novo Edital do Pregão a ser divulgado no referido anexo que o compõe.

Quanto ao **agrupamento dos itens em lotes ou grupos**, tal procedimento foi justificado pela unidade demandante no subitem 2.4 do TR ([1080356](#)) tendo em vista fortalecer a eficácia e eficiência do processo de contratação, reduzindo a burocracia e facilitando a comunicação com no máximo dois fornecedores, resultando em maior agilidade na seleção e contratação dos serviços, otimizando o tempo e os recursos disponíveis.

Registra-se, ainda, nos termos anotados na letra "f" do item VIII do parecer jurídica da AJSAOF ([1081644](#)), há a possibilidade de **participação de pessoas físicas** no certame licitatório desde comprove os requisitos de participação e habilitação exigidos no edital do certame, bem assim, não há óbice a **participação de cooperativas e consórcios** na forma do descrita no item 4.9 da minuta de edital ([1080927](#)) trazida ao processo, tão pouco as condições de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista estipuladas justificadamente pela comissão de Cerimonial.

Registra-se que na **minuta do instrumento contratual** juntada ao evento n. [1080385](#), conforme anotado no item 29 do parecer da AJSAOFC ([1081644](#)), sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 14.133/2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, encontrando-se aprovadas pela referida unidade jurídica deste Tribunal.

Além disso, a **minuta do futuro edital de licitação** já foi objeto de análise da unidade jurídica deste Tribunal, que atestou que sob o aspecto formal o instrumento e seus anexos encontram-se em conformidade com as regras da Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal nº 8.538/2015 - além das regras do termo de referência - atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aplicação, estando apto para divulgação do certame competitivo, na forma do § 3º do art. 53 c/c art. 54 da NLLC.

Destarte, diante do acima exposto e dos documentos e informações carreados aos autos, somados à necessidade da aquisição do objeto para atender as demandas deste Tribunal, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018:

1 - Aprovo o ETP ([1062346](#)) e o Termo de Referência nº 6/2023 - Cerimonial ([1080356](#)), porquanto possuem os elementos essenciais definidos no art. 6º, XX e XXIII, §1º do art. 40, todos da Lei 14.133/2021, bem como demais elementos constitutivos da etapa de planejamento;

2 - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento [1072543](#), em cumprimento ao [item 40 do Anexo da Portaria 57/2023/CNJ](#), [item 40 do Anexo II da Resolução 215/2015/CNJ](#) e ao [Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário](#);

3 – Autorizo a licitação na modalidade pregão, em sua **forma eletrônica**, do tipo menor preço por lote, na forma do arts. 6º, XLI c/c 17, § 2º c/c 29, todos da Lei 14.133/21;

4 - Determino a utilização da disputa por lances abertos, com intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances, na forma do art. 56. I, da NLLC e art. 22. § 1º da IN SEGES/ME nº 73/2022;

5 – Determino a aplicação do regime de exclusividade às ME/EPP's somente para o LOTE 2 da contratação, na forma prevista pelo art. 48, inciso I, da LC n. 123/2016, ao passo que, considerando o valor estimado do lote 1 a este deve ser aplicada a ampla concorrência.

6– Determino a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, consoante registrado no item 4.1 do TR; e

7 – Determino a restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação, disponibilizando-os apenas após a fase de lances, nos termos do [art. 24 do Lei n. 14.133/2021](#).

À SAOFC para continuidade do feito, com vistas à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO, Diretor(a) Geral - Em Substituição**, em 09/11/2023, às 16:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1082559** e o código CRC **564BD77A**.

0001795-76.2023.6.22.8000

1082559v50



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001795-76.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Comissão de Cerimonial.

ASSUNTO: Pregão Eletrônico – Contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação e locação de mobiliário para atender demandas de eventos institucionais - **Análise**.

PARECER JURÍDICO Nº 292 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Presidente da Comissão de Cerimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação e locação de mobiliário para atender demandas oriundas de eventos institucionais, consoante Termo de Abertura ([1062327](#)) e Documento de Oficialização de Demanda ([1026770](#)).

02. O relato completo do procedimento até a elaboração dos documentos da fase preparatória, entre eles Termo de Referência nº 7/2023 – CERIMONIAL ([1084121](#)) e minuta de edital ([1080927](#)), está reproduzido no **Parecer Jurídico nº 251/2023** ([1081644](#)). Na sequência, após Manifestação nº 481/2023 ([1081857](#)) do Secretário da SAOFC, a Diretora-geral aprovou os documentos integrantes da fase de planejamento da contratação, autorizou a contratação pretendida, mediante licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço por lote, na forma do inciso XLI, do artigo 6º c/c com o art. 29, ambos da Lei 14.133/21, autorizou a restrição dos valores estimados para a contratação, e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deu outros comandos, consoante Despacho nº 1342/2023 – GABDG ([1082559](#)).

03. Dando continuidade ao procedimento, o SAOFC remeteu o feito à ASLIC para divulgação do edital na forma determinada e realização do certame competitivo ([1083587](#)). Nessa fase, foram realizados pequenos ajustes na descrição dos itens que culminaram no novo TR nº 8/23 - CERIMONIAL ([1084121](#)).

04. Vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Proposta da licitante CVA INSTITUTO DE EDUCACAO E SERVICOS GERAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 24.046.457/0001-03 – ([1094321](#));

b) Proposta da licitante F F AZZI PARANHOS COMERCIAL EIRELI – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 02.134.947/0001-10 – ([1094581](#));

c) Documentos de habilitação e declarações da licitante F F AZZI PARANHOS COMERCIAL EIRELI – ME juntados nos eventos ([1094605](#)) ([1094608](#)) ([1094609](#)) ([1094611](#)) ([1094617](#)) ([1094618](#)) ([1094620](#)) ([1095343](#)), que, após manifestação da unidade técnica ([1095003](#)), foram aceitos;

d) Vistoria nas instalações físicas da licitante F F AZZI PARANHOS COMERCIAL LTDA – ME, CNPJ nº 02.134.947/0001-10 ([1094905](#));

e) Relatório de julgamento ([1095533](#));

f) Extrato de propostas lote 1 e lote 2 – ([1095557](#) [1095558](#));

g) Termos de Julgamento com as informações relacionadas à operacionalização da presente contratação ([1087299](#)).

Fase Recursal:

Não foram apresentados recursos.

05. Por fim, o pregoeiro registrou as principais ocorrências do **certame** em seu Relatório 63/2023 ([1095561](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pela ASLIC a esta Assessoria Jurídica para análise dos atos praticados na licitação ([1095675](#)). **É o necessário relatório.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

06. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 55, II, “a”, da Lei nº 14.133/21, dando-se a devida publicação do edital de licitação, com observância do prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas ([1077043](#)), em atendimento ao disposto na disposição legal citada.

07. Ainda, verifica-se no evento ([1085236](#)) a publicidade do instrumento convocatório realizada mediante sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 54 da Lei nº 14.133/202, a ocorrência da publicação do extrato do edital no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação, como preconiza o §1º do artigo citado, bem como a sua divulgação adicional e a manutenção do seu interior teor no sítio eletrônico oficial deste Regional.

08. Passa-se às análises dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnações ao edital: não houve.

b) Lances: Os melhores lances para o item estão registrados no termo de julgamento ([1095533](#));

d) Item deserto: Não houve;

e) Cancelados na Aceitação: Não houve;

f) Aceitação/negociação: Nesta fase o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico - *chat* - a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de reduzir o preço, observado o critério de julgamento, como também analisa o cumprimento das exigências editalícias para a aceitação das propostas.

ANÁLISE: As diversas ocorrências foram registradas no item 5.2 do Relatório do Pregoeiro ([1095561](#)), cujas justificativas - também alinhavadas no relatório deste parecer - demonstram a aplicação objetiva dos critérios de aceitação de proposta.

Os atos contaram com a oitiva prévia da unidade demandante ([1095003](#) [1095062](#)), determinante para a aceitação da proposta:

- para o lote 1, no valor total de R\$ 226.695,00 à licitante F F AZZI PARANHOS COMERCIAL LTDA;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- para o lote 2, no valor total de R\$ 21.295,00 à
licitante F F AZZI PARANHOS COMERCIAL LTDA;

De acordo com os registros constantes do termo de julgamento trazido ao processo, houve abertura da fase de negociação com a licitante melhor colocada no intuito de redução do preço ofertado para os itens 5, 6, 7, 11, 12, 13, 15 e 19 (lote 1) e 20, 21, 22, 24 e 25 (lote 2), inclusive, com êxito na negociação, pois, inicialmente, o valor ofertado havia sido superior ao estimado, sendo reduzido após a referida negociação. Assim, esta Assessoria Jurídica não vê reparos nas decisões do Pregoeiro.

g) Fase de Habilitação: Após a juntada dos documentos de habilitação ([1094605](#)) ([1094608](#)) ([1094609](#)) ([1094611](#)) ([1094617](#)) ([1094618](#)) ([1094620](#)) ([1095343](#)), a unidade demandante manifestou pelo cumprimento das exigências editalícias ([1095003](#)).

Dessa forma, de acordo com os registros que constam Termo de Julgamento ([1095533](#)), a documentação da licitante F F AZZI PARANHOS COMERCIAL LTDA foi julgada regular.

FASE RECURSAL:

INTENÇÃO DE RECURSO:

Não houve;

9. Assim, deve-se registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade. Desse modo, conclui-se que transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados no Termo de Julgamento. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

10. Cumpre- nos ainda esclarecer que o incidente operacional citado pelo Pregoeiro no item 5.2 do relatório ([1095561](#)) com o consequente não agrupamento dos itens em lotes na presente contratação, em nada é capaz de viciar o procedimento em análise, visto que o Pregoeiro realizou o julgamento das propostas conforme previsão em edital e sem quebra da isonomia do certame. Tanto é assim que sequer houve a intenção de recurso por parte das empresas participantes.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – DA CONCLUSÃO

11. Por todo o exposto, esta Assessoria Jurídica opina:

I - Pela adjudicação do item do objeto pela autoridade superior em favor da licitante **F F AZZI PARANHOS COMERCIAL LTDA** - CNPJ 02.134.947/0001-10, detentora da melhor proposta oferecida aos lotes 1 e 2 do certame;

II - Pela homologação do certame pela autoridade competente, nos exatos contornos dos Termos de Julgamento ([1095533](#)), com fundamento no art. 71, IV, da Lei nº 14.133/2021.

12. Orienta-se que, após a decisão da autoridade superior, os autos retornem à ASLIC para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e juntada do comprovante aos autos.

13. Ressalta-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à aceitação do objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone**

Holanda, Assistente Jurídico, em 07/12/2023, às 16:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a)**

Chefe, em 07/12/2023, às 16:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1095945** e o código CRC **32D6C355**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0001795-76.2023.6.22.8000

1095945v21



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001795-76.2023.6.22.8000

INTERESSADO: CERIMONIAL

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 18/2023 - Contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação e locação de mobiliário para atender demandas de eventos institucionais.

DESPACHO Nº 1495 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Comissão de Cerimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação e locação de mobiliário para atender demandas oriundas de eventos institucionais, consoante Termo de Abertura ([1062327](#)) e Documento de Oficialização de Demanda ([1026770](#)).

Depois de realizado o Pregão Eletrônico nº 18/2023 ([1085231](#)), vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas a sua homologação.

Não houve pedido de esclarecimento ou impugnação ao edital.

O Pregoeiro juntou aos autos: extrato de propostas para o Lote 1 ([1095557](#)), extrato de propostas para o Lote 2 ([1095558](#)) e termo de julgamento ([1095533](#)). Por fim juntou o Relatório nº 63/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([1095561](#)), expondo as principais ocorrências do certame. Em seguida, encaminhou os autos à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise ([1095675](#)).

Mediante o Parecer Jurídico n. 292/2023 ([1095945](#)), a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou, em síntese, pela adjudicação do objeto pela autoridade superior em favor da licitante F F AZZI PARANHOS COMERCIAL LTDA - CNPJ n. 02.134.947/0001-10, detentora da melhor proposta oferecida aos lotes 1 e 2 do certame; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termos de Julgamento ([1095533](#)), com fundamento no art. 71, IV, da Lei nº 14.133/2021.

No dia e horário agendados, o Pregoeiro iniciou a operação da Sessão Pública deste Pregão Eletrônico. Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou habilitada a licitante F F AZZI PARANHOS COMERCIAL LTDA - CNPJ n. 02.134.947/0001-10, em razão de atender os requisitos de habilitação com a apresentação dos documentos necessários ([1094605](#), [1094608](#), [1094609](#), [1094611](#), [1094617](#), [1094618](#), [1094620](#) e [1095343](#)), de acordo com a manifestação da unidade demandante ([1095003](#)).

Não houve registro de intenção de recurso.

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 4/2023, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Observa-se que o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados no extrato de propostas para o Lote 1 ([1095557](#)), extrato de propostas para o Lote 2 ([1095558](#)), termo de julgamento ([1095533](#)) e Relatório nº 63/2023-ASLIC ([1095561](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria TRE-RO n. 66/2018:

a) **ADJUDICO** o objeto à licitante F F AZZI PARANHOS COMERCIAL LTDA - CNPJ n. 02.134.947/0001-10, já que demonstrou condições para contratação com o setor público e é detentora da melhor proposta; e

b) **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO N. 18/2023**, com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021, nos exatos contornos do Termo de Julgamento ([1095533](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Compras.gov.br, à ASLIC para juntada do extrato de sua homologação e publicação do resultado do pregão eletrônico nos sítios eletrônicos oficiais e anexar o comprovante aos autos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 11/12/2023, às 15:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1096707** e o código CRC **95716A8B**.